

Revista  **Aeronáutica**

ISSN 0486-6274

Número 306
2020



PRESIDENTE

Maj Brig Ar Marco Antonio
Carballo Perez

1º Vice-Presidente

Cel Av Paulo Roberto Miranda
Machado

2º Vice-Presidente

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira
Pereira



Expediente

Jan. a Mar.

2020



www.caer.org.br

revista@caer.org.br

ISSN 0486-6274

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Central

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Sede Barra

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente - Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho

CONSELHO FISCAL

Presidente - Maj Brig Int Manoel José Manhães Ferreira

SEDE CENTRAL

Diretor Cultural

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Diretor Social, Tecnologia da Informação e Hotel

Cel Av Ajauri Barros de Melo

Diretor Administrativo e Chefe da Secretaria-Geral

Cel Av Théo Salgado Falcão

Diretor Beneficente

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Diretor Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

Diretor Financeiro e Patrimonial

Cel Int Genivaldo Bezerra de Oliveira

Assessor *Secretaria-Geral* - Cap Adm Ivan Alves Moreira

SEDE BARRA

Diretor Desportivo

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Diretor Aerodesportivo

Cel Av Luiz Cláudio Cunha Ottero

Diretor de Operações e Diretor Técnico do Dep. Aerodesportivo

Cel Av Pedro Pereira Alonso

Assessores

Social - Brig Ar Carlos José Rodrigues de Alencastro

Financeiro - Cel Int Carlos Eduardo Costa Mattos

Administrativo e Pessoal - Cel Av Luiz dos Reis Domingues

Infraestrutura - Ten Cel Av Alfredo José Crivelli Neto

SEDE LACUSTRE

Assessor - Cap Esp Met José Renato do Nascimento

Sede Central

Praça Marechal Âncora, 15
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200

• (21) 2210-3212

3ª a 6ª feira de 8h às 12h e 13h às 17h

Sede Barra

Rua Raquel de Queiroz, s/nº
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-710

• (21) 3325-2681

4ª a domingo de 9h às 17h30

COMISSÃO INTERCLUBES MILITARES

Assessores Clube de Aeronáutica

Maj Brig Ar Venâncio Grossi
Cel Av Araken Hipolito da Costa
Cel Av Ajauri Barros de Melo

REVISTA AERONÁUTICA

(21) 2220-3691

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Conselho Editorial

Ten Brig Ar Marco Aurélio Mendes
Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez
Cel Av Renato Paiva Lamounier
Cel Av Araken Hipolito da Costa

Jornalista Responsável

Asp QOCON JOR Erika Blaudt

Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão

Ten Cel QFO Dirce Silva Brízida

Administrativo

Gabriela da Hora Rangel
Amanda de Farias Lima

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.



*Irmãos Villas-Bôas visitam
aldeia indígena em
20 de janeiro de 1954
aproveitando voo inaugural
da rota Rio-Manaus em voo
de um C-47, da FAB.
Foto: CPDoc-FGV*

Você pode ler, fazer *download*
ou compartilhar esta revista e
as edições anteriores no link
<http://www.caer.org.br/acervo/>



Sumário

- 4 MENSAGEM DO PRESIDENTE
Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez
- 5 31 DE MARÇO DE 1964
Ministério da Defesa
- 6 NOTÍCIAS DO CAER
A Redação
- 8 A FAB NO BRASIL CENTRAL
Pasqual Mendonça
Cel Av
- 14 LIBERDADE DE EXPRESSÃO
OU AGRESSÃO?
Ives Gandra da Silva Martins
Jurista
- 16 NINGUÉM FOI CENSURADO
Carlos A. Sardenberg
Jornalista
- 18 A POROROCA DAS ORIGENS
Marcio d'Amaral
Filósofo e Professor
- 20 NO PAÍS DA PÓS-VERDADE
Luciano Trigo
Jornalista e Escritor
- 22 PENSAMENTO BRASILEIRO
Araken Hipolito da Costa
Cel Av
- 25 CONFUSÃO MENTAL DO IDOSO
Jandyr F. dos Santos
Médico
- 26 O MILITAR NÃO PODE
SER COMUNISTA
Afonso Carvalho (in memoriam)
Cel Ex
- 28 PANDEMIA OU PARANOIA?
PANDEMÔNIO!
Luís Mauro Ferreira Gomes
Cel Av
- 32 OS CRISTÃOS DIANTE
DO TOTALITARISMO
Papa Emérito Bento XVI - Joseph Ratzinger
- 35 O TEMPO PASSOU E ME
FORMEI EM SOLIDÃO
José Antônio Oliveira de Resende
Professor
- 36 GOLPE PLANEJADO PARA
1º DE MAIO DE 1964
Gustavo Borges
Cel Av
- 40 A MALDIÇÃO DA ESTREIA
Antonio Carlos Secchin
Acadêmico
- 42 A GENTE SÓ SABE O QUE JÁ SENTIU
Artur da Távola
Jornalista (in memoriam)
- 44 PRIMEIROS VOOS
Carlos Fioravanti
Jornalista científico
- 47 ESQUADRILHA NA FÁBRICA
Neldson Marcolin
Jornalista científico
- 48 VICKERS VISCOUNT
VC-90 2100 E VC-90 2101
Maj Brig Ar Carlos Sergio Sant'Anna Cesar

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Prezados sócios, civis e militares:

Iniciamos 2020 com excelentes perspectivas para o nosso Clube de Aeronáutica, na esteira do sucesso que tivemos no ano passado.

Porém, ao final deste primeiro trimestre, infelizmente, o Brasil e o mundo foram surpreendidos por essa crise que nos subjugou, a todos, nos deixando impotentes, estagnados e reclusos.

Aproveitando que estamos recolhidos, sugiro o acesso ao nosso site www.caer.org.br/acervo, onde podemos encontrar todo o vasto acervo de 306 edições da nossa Revista Aeronáutica, ao longo de mais de 60 anos. Revejam as matérias dos primeiros números ou daqueles momentos particulares em nossas vidas profissionais e pessoais. É um verdadeiro tesouro à disposição de todos. Deleitem-se!

Nesse momento em que nosso planeta está vivendo um verdadeiro colapso emocional, devemos manter a nossa paz interna para combater o medo, a discórdia e o desamor. Nessa conjuntura em que nos encontramos, onde não podemos trabalhar, estudar, passear, nem nos visitarmos e nos abraçarmos devemos manter as nossas estruturas físicas e mentais bastante fortes, vibrando positivamente para ajudarmos na manutenção de uma egrégora forte e inspiradora no nosso condomínio, na nossa cidade, no nosso País! Como dizia Chico Xavier: "Tudo passa"! Para o bem e para o mal... Tudo passa!

Façamos votos que na edição do próximo trimestre, a situação já esteja se normalizando e que o nosso querido Clube, que está fechado desde o dia 20 de março, já esteja a pleno vapor, proporcionando bons momentos sociais e de lazer aos nossos sócios e familiares. Que assim seja!

Cuidem-se todos e tenham uma boa leitura.

*Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez
Presidente do Clube de Aeronáutica*

*Esquadrilha da Fumaça
apresentando-se durante
a Semana da Asa
Praia de Copacabana - RJ
26 de outubro de 1958
Foto: Agência Nacional*



CLUBE DE AERONÁUTICA

31 DE MARÇO DE 1964

Ordem do Dia do Ministério da Defesa

Brasília, DF, 31 de março de 2020.



O Movimento de 1964 é um marco para a democracia brasileira. O Brasil reagiu com determinação às ameaças que se formavam àquela época.

O entendimento de fatos históricos apenas faz sentido quando apreciados no contexto em que se encontram inseridos. O início do século XX foi marcado por duas guerras mundiais em consequência dos desequilíbrios de poder na Europa. Ao mesmo tempo, ideologias totalitárias em ambos os extremos do espectro ideológico ameaçavam as liberdades e as democracias. O nazifascismo foi vencido na Segunda Guerra Mundial com a participação do Brasil nos campos de batalha da Europa e do Atlântico. Mas, enquanto a humanidade tratava os traumas do pós-guerra, outras ameaças buscavam espaços para, novamente, impor regimes totalitários.

Naquele período convulsionado, o ambiente da Guerra Fria penetrava no Brasil. Ingredientes utópicos embalavam sonhos com promessas de igualdades fáceis e liberdades mágicas, engodos que atraíam até os bem-intencionados. As instituições se moveram para sustentar a democracia, diante das pressões de grupos que lutavam pelo poder. As instabilidades e os conflitos recrudesciam e se disseminavam sem controle.

A sociedade brasileira, os empresários e a imprensa entenderam as ameaças daquele momento, se aliaram e reagiram. As Forças Armadas assumiram a responsabilidade de conter aquela escalada, com todos os desgastes previsíveis.

Aquele foi um período em que o Brasil estava pronto para transformar em prosperidade o seu potencial de riquezas. Faltava a inspiração e um sentido de futuro. Esse caminho foi indicado. Os brasileiros escolheram. Entregaram-se à construção do seu País e passaram a aproveitar as oportunidades que eles mesmos criavam. O Brasil cresceu até alcançar a posição de oitava economia do mundo.

A Lei da Anistia de 1979 permitiu um pacto de pacificação. Um acordo político e social que determinou os rumos que ainda são seguidos, enriquecidos com os aprendizados daqueles tempos difíceis.

O Brasil evoluiu, tornou-se mais complexo, mais diversificado e com outros desafios. As instituições foram regeneradas e fortalecidas e assim estabeleceram limites apropriados à prática da democracia. A convergência foi adotada como método para construir a convivência coletiva civilizada. Hoje, os brasileiros vivem o pleno exercício da liberdade e podem continuar a fazer suas escolhas.

As Forças Armadas acompanharam essas mudanças. A Marinha, o Exército e a Aeronáutica, como instituições nacionais permanentes e regulares, continuam a cumprir sua missão constitucional e estão submetidas ao regramento democrático com o propósito de manter a paz e a estabilidade.

Os países que cederam às promessas de sonhos utópicos ainda lutam para recuperar a liberdade, a prosperidade, as desigualdades e a civilidade que rege as nações livres.

O Movimento de 1964 é um marco para a democracia brasileira. Muito mais pelo que evitou.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA
Ministro de Estado da Defesa

Alm Esq ILQUES BARBOSA
JUNIOR
Comandante da Marinha

Gen Ex EDSON LEAL PUJOL
Comandante do Exército

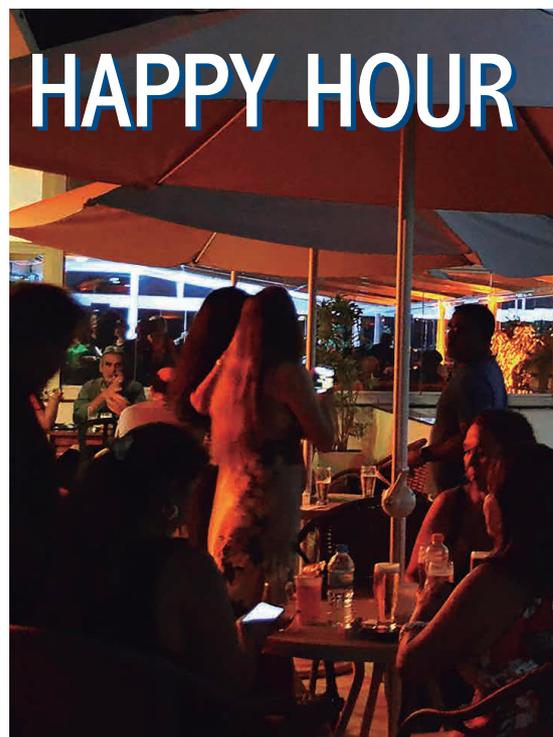
Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS
MORETTI BERMUDEZ
Comandante da Aeronáutica

GEIV COMEMORA 61 ANOS NO COSTA HALL

A equipe do GEIV (Grupo Especial de Inspeção em Voo) comemorou no dia 27 de fevereiro, no Salão Costa Hall do CAER, localizado na Sede Central, o 61º aniversário da Inspeção em Voo no Brasil com tripulação e aeronaves nacionais. O Ten Cel Av José Evanio Guedes Júnior, Comandante do GEIV, fez um discurso de exaltação ao GEIV e agradecimento a toda a equipe. Estiveram presentes no evento, o Maj Brig Ar Ref Jose Pompeu Brasil, Brig Ar R1 Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira e Brig Ar Ary Rodrigues Bertolino, Brig Ar Fernando César da Costa e Silva, Comandante da Ala 11 e o Cel Av Ricardo da Silva Miranda, Chefe da ASOCEA. A comemoração ocorrida no CAER, se estendeu a toda a equipe que trabalha diariamente para aferir e inspecionar os equipamentos de auxílio à navegação aérea do país, para assegurar assim, a operacionalidade da mesma.



Fotos: Fábio Maciel - ASCOM/DECEA



MÚSICA, SOL & MAR



As duas primeiras edições do Happy Hour Música, Sol & Mar, que aconteceram no Deck do restaurante da Sede Central foram sucesso! A Diretoria Social retomou o evento que já não ocorria há cinco anos. Chope duplo, música boa com banda e DJ, deliciosa gastronomia e uma vista deslumbrante alegraram a todos. Aguardem! Outro acontecerá!

Confiram como foram as edições do nosso Happy Hour.



Da esquerda para a direita: Cel Av Falcão, Cel Av Ajauri, Cel Av Araken, Maj Brig Ar Perez, Cel Av Almeida, Maj Brig Ar Pinto Machado e Cel Int Oliveira



A FAB NO BRASIL CENTRAL:

Pasqual Mendonça
Cel Av

Tal epopeia somente pôde ser concretizada graças ao entusiasmo, resolução, coragem e peito.

Orlando Villas-Bôas

Avião da Pan American desaparece na selva, cinquenta almas a bordo.

Iniciam-se as buscas do C377 Stratocruiser da Panam que desapareceu na Selva Amazônica. A aeronave procedia de Buenos Aires com destino a Nova York. Cumprira a etapa Rio de Janeiro-Port of Spain. A informação é que sobrevoava a Floresta Amazônica a 14.500 pés e sua última notícia foi às 3h40. Supõe-se que tenha feito um pouso forçado em região onde existem índios ainda não contatados com a civilização. O nome do avião, *Good Hope*, dá a esperança de que todos estejam vivos.

Plano da ONU para a Amazônia

Plano da ONU propõe que três milhões de milhas quadradas da Floresta Amazônica – a mais larga região inexplora-

da da Terra – sejam postos à disposição de novos grupos migratórios de todo o mundo.

Presidente Getúlio Vargas dá posse ao Ministro João Alberto na Coordenação da Mobilização Econômica.

Com a finalidade de conhecer novas riquezas naturais e fixar brasileiros em territórios não habitados, o ministro organizará uma grande expedição à Serra do Roncador e ao Xingu.

Estas manchetes, escritas em jornais de diferentes épocas, viriam a indicar o início de uma das maiores epopeias ocorridas neste século e que teve como protagonistas, homens de vontade ímpar, utilizando a máquina fenomenal – o avião.

Após dias de busca, o grande avião foi achado a mil milhas do Rio de Janeiro, na ponta sul da Serra Encontrada, onde começam as cachoeiras do Rio Xingu; sem sobreviventes. A maior parte dos mortos era de origem americana e nos Estados Unidos houve forte comoção.

Durante as incertezas das buscas, imaginavam seus compatriotas, em

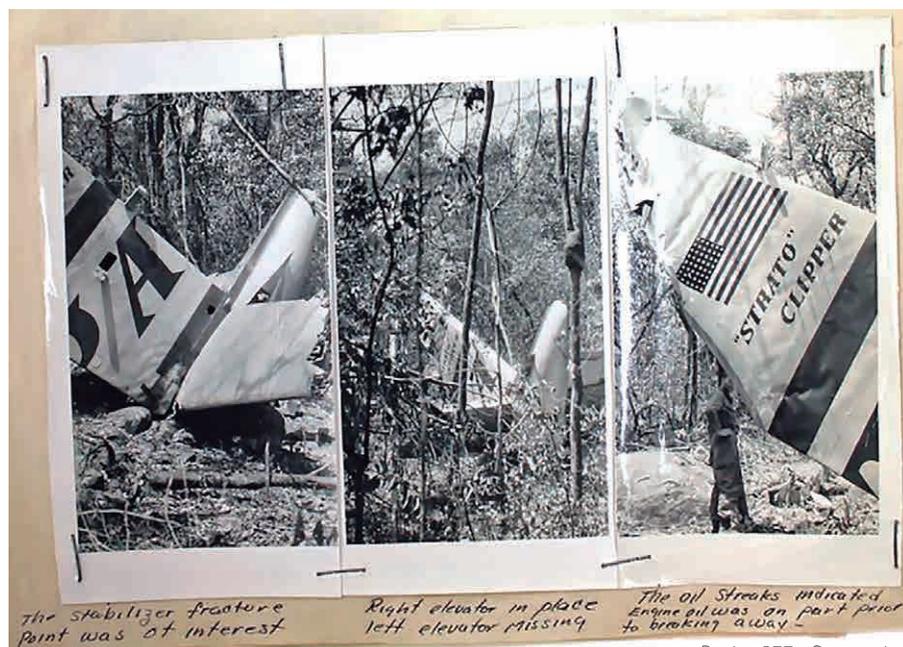
pleno século vinte, na selva, devorados por canibais. A investigação deste acidente concluiu que houve um problema com as hélices do motor número 2. Este, com a vibração, desprendeu-se, e as pás das hélices atingiram a cauda do avião seccionando-a.

Os aviões de passageiros do pós-guerra economizariam de seis a oito horas na rota Rio-Miami caso, ao invés de contornarem o litoral do Brasil, utilizassem a via direta, Sertão e Floresta Amazônica. Para isso, tornava-se necessário estabelecer bases de apoio: campos de emergência, balizamento da rota, informações meteorológicas, comunicações, combustível. Tudo funcionando noite e dia, em região onde o homem branco ainda não pusera os pés.

Até Goiás (antiga capital do estado), os pioneiros já haviam desbravado. Primeiro, os tenentes Wanderley e Montenegro foram a São Paulo, em voo direto, onde esperavam voar 3h30. Tiveram que subir muito para ultrapassar as montanhas, ventos contrários fizeram voar 5h30, chegaram à noite em São Paulo, não encontraram o Campo de Marte, indo pousar numa das pistas de corrida de cavalos do hipódromo (do Brás), que estava fechado (com cadeado).

Pularam o muro, pegaram um táxi e foram direto para a Agência Central dos Correios no Anhangabaú. Entregaram a mala postal! No outro dia decolaram para o Rio, seguindo o vale do Rio Paraíba. Podiam assim voar mais baixo e com melhor apoio. Estava inaugurada a *Via Vale* utilizada até hoje por inúmeros monomotores.

O segundo trecho, São Paulo-Goiás, começou a ser vencido pelo Ten Montenegro (fundador do ITA). Até onde pôde, foi por ferrovia, convencendo prefeitos a fazerem campos de pouso. Ao



Boeing 377 - Stratocruiser
Fotos anexadas para a investigação das causas do acidente

além de Goiás, pequenas vilas até o Araguaia. Após o Rio das Mortes, o desconhecido. O temível território Xavante, índios musculosos, altivos, com aldeias circulares, arredios a qualquer aproximação, *índio bravo*.

João Alberto sabia que a guerra na Europa deixara milhões de desabrigados. Ela fora feita sob a égide do *Espaço Vital*. Recentemente um estadista francês propusera a migração dessa população para os espaços vazios. Nossos imensos territórios desabitados apresentavam-se como solução para aquele povo. Precisávamos conhecer e ocupar.

Logo após a Expedição Roncador-Xingu, João Alberto criou a Fundação Brasil Central com sede na recém fundada Aragarças. Próxima missão: em pleno território Xavante, fundar uma cidade, Xavantina.

A Roncador-Xingu propiciara um feliz casamento entre seu pessoal e os homens da FAB (Força Aérea Brasileira) designados para apoiá-la. Os desbravadores que seguiam por terra eram supridos, orientados e socorridos pelo ar. A Fundação providenciava alojamento, alimentação e combustível. Pium e malária havia para todos. O primeiro oficial da FAB que ficou à disposição da fundação foi Eugênio Basílio.

Quando da queda do Pan American, estes laços já eram fortes, principalmente com quatro jovens irmãos nascidos em Bauru, e que, como braçais, se incorporaram à Roncador-Xingu. Como tinham estudos, foram ocupando cargos mais destacados e passaram a ser os interlocutores em todos os movimentos (contato e atração de índios, abertura de picadas, prevenção de doenças e todas as lides do Sertão).

Leonardo, Cláudio, Orlando e Álvaro Vilas Boas. Tive a felicidade de conviver com Cláudio e Orlando, e informações prestadas neste artigo foram inicialmente obtidas num pernoite na sede do Parque Nacional do Xingu.

Numa esquadilha com quatro T-6 fomos: João Hoepfner, Hermes Moreira, Pasqual Mendonça e Itamar Toledo, de Pirassununga ao Campo do Jacaré, em

apoio a uma missão de sobrevivência na selva realizada pelo Parasar e cadetes do terceiro ano.

O T-6 do Hoepfner tinha radiocompasso, os nossos eram T-6D legítimos, *queixo duro*, sem horizonte e sem compasso. No entardecer do dia anterior, o Toledo decolou para o campo do Parque Nacional, demorou para regressar somente o fazendo no lusco-fusco. Escureceu rapidamente. Ouvíamos o barulho do seu avião e percebíamos que não encontrava o campo.

A situação requeria providências urgentes ou o piloto poderia perder-se no início da noite, naquela imensidão do Brasil Central. O Sargento Barreto usou o único *Jeep* existente, foi para a pista, acendeu os faróis e começou a rodar em círculos, como se fosse um farol rotativo. Para alívio de todos, o ruído do motor passou a indicar que ele se aproximava. Barreto seguiu para a cabeceira da pista, balizando-a, e logo teve seu *Jeep* sobrevoado pelo T-6 de trem embaixo.

No dia seguinte, *não quis passar pelas mesmas emoções do piloto do dia anterior, talvez mesmo para usufruir de uma boa prosa do Orlando. Decidi, desde cedo que, após voar para fazer o reconhecimento visual dos acampamentos dos cadetes, caso estivesse tudo bem, pernoitaria na sede do Parque. Assim foi. Durante o dia, caminhando com Orlando pela pista de pouso, este me mostrou diversos tipos de capim que ali vicejavam.*

Esse é capim do Nordeste, aquele do Sul, aquele outro da Amazônia. Cientistas

que aqui estiveram os identificaram, e sabe como estes capins aqui chegaram? Pelas rodas dos pneus dos aviões da FAB.

Creio ser esta a maior testemunha da Integração Nacional realizada pelo Correio Aéreo Nacional (CAN). À noite armei minha rede no grande galpão debruçado sobre o Tutuari (rio); Orlando e Cláudio nas suas, Piunim, Aruavi, o menino Megaron e mais uma dezena de índios, ao redor, ouvindo os *Grandes Pais do Alto Xingu*. Conversas muitas. Comecei a compreender o pensamento de outra cultura, seus valores, seus medos, seus mitos. Os laços familiares, os deveres do homem e da mulher, a importância dos velhos, dos mortos, dos animais, das árvores, das águas, dos bens materiais. Uma aula de antropologia em seu meio natural.

Para os pesquisadores, vou fornecer a data do acidente do Pan American. No dia 29 de abril de 1952, confirmem na Biblioteca Nacional ou em outras, nos jornais da época e principalmente na revista O Cruzeiro. Após esse acidente, o Brasil comprometeu-se junto a OACI (Organização Internacional de Aviação Civil) a balizar a Rota Rio-Manaus.

Um desafio que envolveu muitos meios da FAB, dois pontos ressaltam sem similares no mundo. A construção das bases de Cachimbo e de Jacareacanga. Não me consta que em outro lugar o avião foi usado para implantar fronteiras de civilização, desde o ato inicial. Tenho visto sua utilização *sempre para apoiar onde existe algum traço de progresso, nunca partindo do zero.*

Em 1961, o Brigadeiro Raimundo Vasconcelos concede certidões a um índio observado por Jânio Quadros (com as mãos na cintura) e Orlando Villas-Bôas (de barba)





Foto José Medeiros

A Construção de Cachimbo

A Fundação Brasil Central já construíra os campos de Aragarças, Xavantina e Xingu. Seu presidente agora era Geraldo Borges Fortes de Medeiros e o diretor de Rotas Aéreas, o Brig Eduardo Gomes. Os dois, colegas de turma em alguma fase da vida, estabeleceram um ponto no mapa, onde deveria ser feita uma base. Este ponto era em um chapadão na Serra do Cachimbo.

A ideia inicial da conquista seriam duas expedições: uma pelo sul pelo Rio Peixoto de Azevedo, a outra através do rio Teles Pires, subiria o rio Cururu. Ambas seriam deixadas nos rios por aviões Catalina. A primeira, após o deslocamento para o Peixoto de Azevedo, foi detida. Não poderia prosseguir, adentrariam pelo território dos Kreenakore (não sei por que nome de índio e de japonês, se escreve com K, W e Y), numerosos, arredios, hostis. Eram mais altos que os demais, possuíam enormes bordunas, só viriam a ser contatados em 1972, quando para sua transferência ao norte do Parque Nacional do Xingu e assim permitir a construção da Rodovia Cuiabá-Santarém. Da segunda expedição,

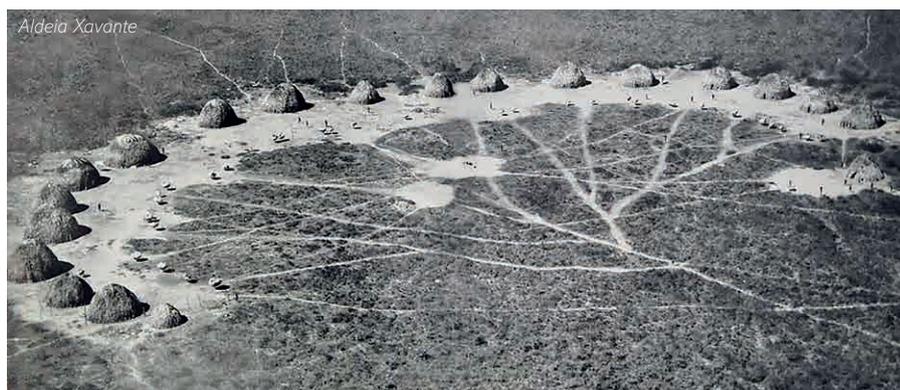


foto Jean Manzoni

que atravessaria a área dos Mundurucus, não temos relatos.

Em face do obstáculo indígena, a expedição estava impedida de prosseguir por terra. Com um pequeno avião Stinson, os pilotos João Carlos de Oliveira e José Leal Neto e o funcionário da Fundação Orlando Villas-Bôas sobrevoaram o local da futura base. Na região, parte do capim fora queimado, costume dos índios. Nesse local, o piloto fez um toque com as rodas e observou que o terreno era firme. Veio para o pouso e, após realizado, ampliaram a área, permitindo com mais segurança o pouso dos aviões que viriam a seguir: Nordwin, Bellanca, Fairchild asa alta e

outros tantos. Por alguns meses ficaram no Cachimbo, Orlando, Cláudio, Leonardo, um caboclo enorme conhecido como *Raimundão* e dois índios, preparando a área, que, ao contrário das demais, não requeria desbastar a vegetação e sim quebrar as pedras de que era constituído o terreno. Trabalhavam de preferência à noite, assim livravam-se do maior flagelo da área, o Pium, mosquito cuja tubulação parece ser de três quartos de polegada e, se não coçar o local da picada, demora um mês para desaparecerem os vestígios. Se coçar, nunca mais.

Considerando que o campo ainda não estava pronto, deixaram de limpar as

cabeceiras das pistas para desestimular o pouso de algum piloto mais atrevido. Eram supridos pelo ar através do lançamento de pacotes denominados *Surrão*. Eis que certo dia surge um C-47 sem as portas, do qual se esperava o lançamento de víveres. Inopinadamente este faz uma aproximação e completa o pouso. Os tenentes Décio Leopoldo de Souza e Argeu (Bolognesi Machado Guimarães?), em 18 de outubro de 1950, inauguram o Campo do Cachimbo. À noite comemoraram o feito, assim como suas promoções a capitão, abrindo uma garrafa de Aristocrata – Caña Paraguaya.

A Construção de Jacareacanga

De maneira semelhante à conquista de Cachimbo foi a de Jacareacanga. Entre Cachimbo e Manaus era necessário mais uma base de apoio. Nesse meio do caminho, corre o Tapajós, águas claras, pedras e areia, nas margens e no fundo. Um dos mais lindos rios do Brasil.

Escolhido um local, já conhecido como Jacareacanga, foram tomadas as providências, agora com a experiência adquirida em Cachimbo. Para isso foi contatado o Ten França, à disposição da Fundação Brasil Central, que voando um monomotor Bonanza, pousou em uma lagoa seca para com o seu equipamento rádio, fazer as vezes de controle.

Em seguida viria o C-47 2033, pronto para começar os trabalhos e traria a bordo: redes (onde é que vou dormir?), barracas, alimentos, reservatórios com água e, naturalmente, as usadíssimas enxadas, pás e picaretas.

Nessa missão foram escalados o Maj Augusto Teixeira Coimbra, o Ten Romeu Neto, um engenheiro da Diretoria de Engenharia e os sargentos que compunham a tripulação.

Quando o 2033 chegou, não conseguiu contato via rádio com o Ten França; não obstante foram feitas passagens baixas para reconhecimento do local de pouso e da direção do vento. Às 13h30 do dia 16 de setembro de 1952, efetuou-se o pouso que não comportava arremetida, em face de algumas elevações existentes na direção escolhida. Nessas elevações, após estudos



Cláudio Villas-Bôas e o Dr Noel Nutels no Posto Leonardo

Foto: Jesco von Puttkamer

da Diretoria de Engenharia, construiu-se o campo de pouso.

Nos dias 16, 17 e 18, partindo e pousando no mesmo local, realizaram-se outros voos para reconhecimento do terreno em direção a Manaus e Cachimbo, constatando-se a impossibilidade, na época, de transporte de combustível e suprimentos por via terrestre para o local.

Mais tarde a Itaú Transportes Aéreos e o Loyd *Aéreo* passaram a utilizar o campo como ponto de escala nas viagens para Manaus. Tiveram também de levar, via aérea, seu combustível.

Os recursos para a Fundação Brasil Central aos poucos foram minguando. Finalmente veio a ordem, a Fundação não mais seria responsável pelos campos de pouso ali abertos; passariam para a gestão direta do Ministério da Aeronáutica. Foi designado um oficial como encarregado desses campos, o Maj Haroldo Coimbra Veloso, no dizer do Brigadeiro Coimbra: o *melhor do Tapajós*.

Veloso passou a ser o responsável pela ampliação desses campos. Construiu as casas de pedra para as tripulações, a estação de rádio e a hidrelétrica do Cachimbo. Toda a FAB se empenhou nessa missão. Na mesma época em que na Europa fazia-se a Ponte Aérea para Berlim, aqui, no Brasil Central, realizava-se outra ponte aérea com os C-47 e os Beechcraft cruzando-se, levando toda sorte de material e pessoal.

Ironicamente essa operação coman-

dada por Veloso veio a capacitar equipes da FAB para outra operação de vulto, a construção de Brasília. Note-se que Veloso era contrário a Juscelino, vindo a iniciar uma revolta contra a posse do então presidente eleito.

Ele escolheu para base de sua revolta exatamente os campos do Brasil Central que tão bem conhecia, e sabia da impossibilidade de serem alcançados por via terrestre.

Para melhor relatar sobre essa epopeia, transcrevo o texto do repórter Jorge Ferreira de *O Cruzeiro*, publicado na edição de 3 de março de 1956:

“A Base Aérea do Cachimbo desafiará o tempo porque desafiou o homem. Desafiou e foi vencida. Situada no coração geográfico do Brasil, distante milhares de quilômetros de qualquer centro civilizado, habitada por índios e feras, levanta-se no sertão bruto com uma imponência majestática, símbolo verdadeiro da capacidade de realização de um povo.

A história do Cachimbo é uma história épica, prenhe de episódios heróicos, românticos, doidos, episódios ricos de aventuras e de emoções, onde a morte andou sempre rondando perto. Começaram em 1945 com os incomparáveis Irmãos Vilas Boas, com o Major Leal Netto, Tenente Oliveira, piloto Olavo, da Fundação Brasil Central. Em condições brabas e penosas, foi aberta a facção e a machado a primeira pista. Depois começou a tomar corpo. A crescer.

Havia mil dificuldades a serem vencidas, foram vencidas as mil dificuldades. Uma 'ponte aérea' sem precedentes na história do País ligava o Cachimbo a Aragarças, no sul, e a Santarém, no norte, levando material – desde a areia até o cimento e a gasolina; desde a 'farinha de puba' até a carne e o feijão; desde a aspirina até o médico.

Era uma luta diuturna de gigantes contra um gigante, sem tréguas, sem desfalecimentos. Mas um dia o Cachimbo ficou pronto. Foi em janeiro de 1954. Bandas de música, churrascos, ministros, altas personalidades, o falecido Presidente Vargas, rojões e flores. Os convidados abrigaram-se em casas confortáveis, dormiram em colchões de mola, beberam água gelada, falaram com o Rio de Janeiro pelo rádio, admiraram a usina hidrelétrica, viram os seus aviões correrem pelas pistas longas, modernas, pavimentadas.

E puderam apertar a mão que gerou o milagre do Cachimbo: apertaram a mão ossuda do Major Haroldo Veloso. Porque o Major Veloso foi a alma e o cérebro da construção do Cachimbo. Isolado da família durante meses a fio, longe das comodidades, do asfalto do Rio de Janeiro, devorado pela malária, pelos insetos, pelas formigas, judiado pelo meio, e às vezes até pela infâmia, jamais fraquejou. Ele amava sua obra, amava o seu sertão.

O Cachimbo tem o seu sangue. História de noites 'indormidas', buscando solução para mil problemas. Sangue engolido pela

febre maldita, que o fazia delirar à luz do dia ou à luz dos lampiões a querosene, nos casebres primitivos, a fazê-lo tremer de frio sob o calor tropical do meio-dia.

O Major Veloso era a encarnação viva dessa grande e fabulosa Força Aérea Brasileira; pioneiro, desbravador, generoso, nobre, solidário. Tirava do seu dinheiro para amparar seu semelhante, mandava com uma paciência de oficial da FAB mesmo comprar ou consertar, no Rio de Janeiro, relógios, espingardas, camisas, botinas dos seus trabalhadores mais humildes. Tudo o que lhe pertencia era menos seu do que dos outros. Socorria doentes, alimentava famintos, curava feridas, tranqüilizava espíritos. Quantos, no sertão bruto, não lhe devem a vida? Quem no sertão bruto não é seu amigo? Quem no sertão bruto, não recebeu um favor do Major Veloso? Quem? Quem, de Santarém a Aragarças e Xavantina não se apoiou na sua calejada e ossuda mão?

Esses feitos permitiram que a ocupação do Brasil Central fosse concretizada da forma mais pacífica possível. A criação do Parque Nacional do Xingu manteve íntegras as muitas tribos que ali viviam, uma riqueza cultural de mais de nove línguas diferentes. Para o norte do Parque, após um período de atração, foram transferidas tribos inteiras como os Kreenakore, Txucarramães e Cajabis, preservando-os de um contato intempestivo com as frentes da civilização, que vieram com a construção da Cuiabá-Santarém."

Essa atração e transferência por si só

representam um capítulo notável. Ressalte-se que, nesta árdua tarefa, os Vilas Boas contaram com uma das mais eficientes unidades da FAB: a Esquadrilha Parasar. Tal episódio merece um artigo especial.

Além do Parque, na região dos Xavantes, instalaram-se as missões religiosas salesianas São Marcos, Sangradouro e Merure. As epidemias foram atendidas pela Escola Paulista de Medicina. Todos estes núcleos vicejaram graças ao contínuo suporte dado pelos aviões do Correio Aéreo Nacional e à competência de suas tripulações, que ali navegavam apesar das Cartas deficientes, do mau tempo no verão e da bruma seca no inverno.

Atualmente a região está ocupada por inúmeras cidades, muitas delas com cerca de 100 mil habitantes. Instalaram-se fronteiras agrícolas completando a visão dos pioneiros. Neste aspecto também o Brasil procedeu de maneira ímpar, colocando a cultura primitiva dos indígenas em contato com o melhor de sua sociedade. Militares, civis e religiosos dotados dos melhores valores, propiciando por muito tempo a adaptação necessária e uma convivência pacífica, motivo de orgulho para nós brasileiros!

Um feito como esse necessita ser conhecido com detalhes pelas gerações, inclusive para assegurar-lhes que nunca houve genocídio indígena no nosso país. Conhecer também que, da mesma estatura de um Rondon temos hoje, Orlando Villas-Bôas, a quem o mundo, dentro da maior justiça poderia ter agraciado com o Nobel da Paz ■

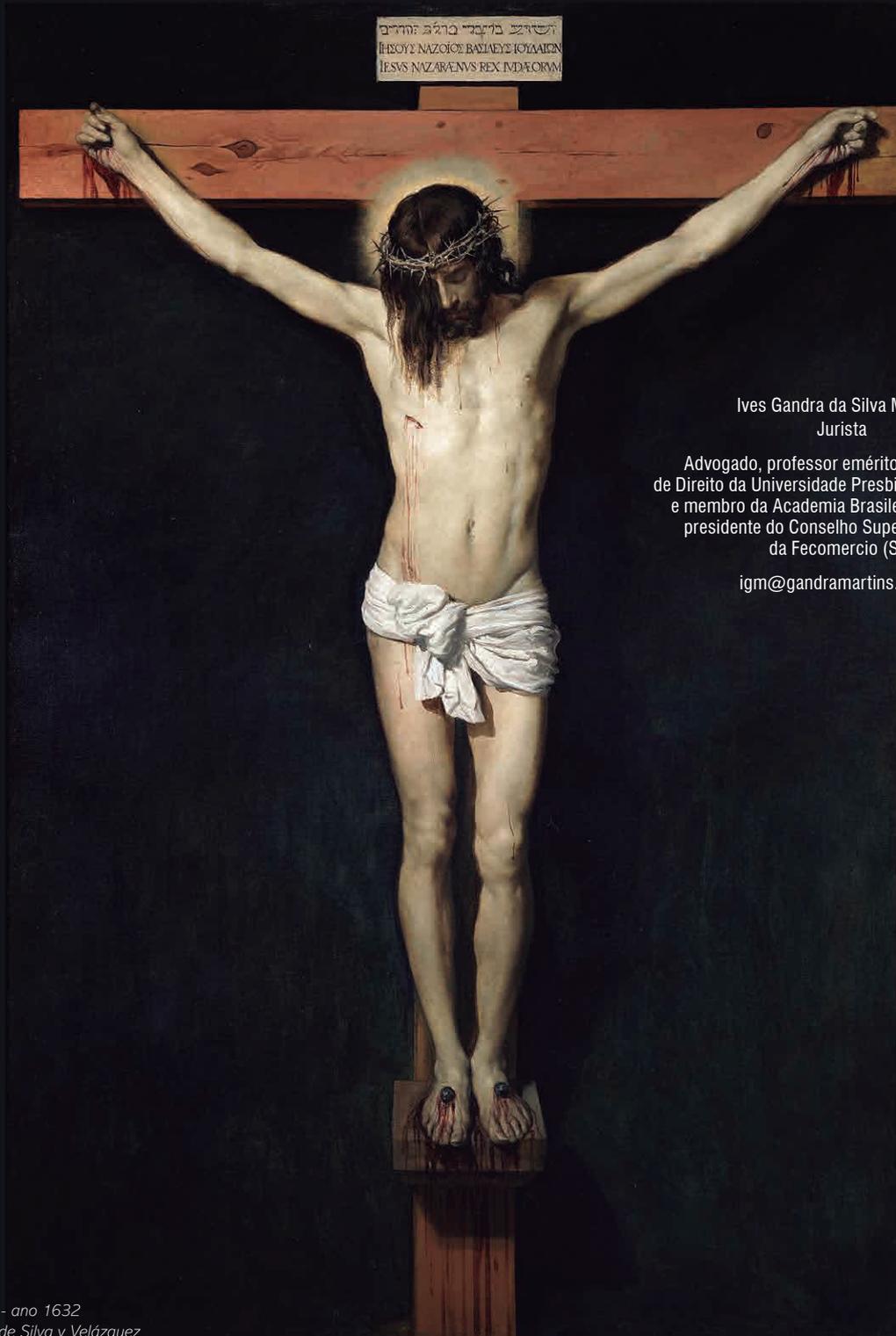


Major Veloso



Da esquerda para a direita:
Major Paulo Vitor, índio
Kaiapó e o Major Veloso

LIBERDADE DE EXPRESSÃO OU DE AGRESSÃO?



Ives Gandra da Silva Martins
Jurista

Advogado, professor emérito da Faculdade
de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie
e membro da Academia Brasileira de Filosofia,
presidente do Conselho Superior de Direito
da Fecomercio (SP)

igm@gandramartins.adv.br

*Cristo crucificado - ano 1632
Diego Rodríguez de Silva y Velázquez
Museu do Prado - Madri - Espanha*

O especial de Natal do grupo Porta dos Fundos, exibido pela Netflix, com brutal agressão aos valores de todos os cristãos na figura do fundador de sua religião, foi por parte da imprensa e por magistrados de diversas instâncias, considerado manifestação enquadrável na liberdade de expressão que todas as pessoas num país democrático, como o Brasil, devem ter.

Por esta razão, embora inúmeras igrejas evangélicas, instituições religiosas e comunidades católicas tenham pedido fosse proibida a sua exibição, foi permitida com aplausos de parte da imprensa. Teve por justificativa a afirmativa de que a manifestação cultural – há sérias dúvidas se o filme conteria algo que se poderia enquadrar nessa classificação – não pode sofrer qualquer restrição.

A aceitação por parte dos tribunais provocou, nas redes sociais, charges, com nível humorístico de baixa qualidade e, a meu ver, também, de difícil enquadramento na liberdade de expressão ou na de manifestação cultural.

Os autores de tais charges, porém, também entenderam que estavam se valendo da liberdade de expressão ao transformarem ministros da Suprema Corte em bailarinas, em programa denominado *Especial Porta de Trás* e, ainda, o próprio ator do especial veiculado pela Netflix, numa outra charge, intitulada *Especial Porta do Esgoto*, transformado num rato, fugindo para o esgoto e escorraçado por um anjo.

À evidência, todas as três manifestações são falsas, não há qualquer fundamento, são de absoluto mau gosto, tanto aquela exibida pela Netflix, como as charges que correm nas redes sociais.

O episódio, todavia, que teve repercussão, merece uma reflexão desapassionada sobre a verdadeira extensão da liberdade de expressão, direito esse que não se confunde com o direito de agressão.

O IBGE – li os dados numa reportagem da Folha – em 2010, apurou que, no Brasil de aproximadamente 210 milhões de habitantes, apenas 15 milhões de pessoas não

acreditam em Deus. Cento e noventa e cinco milhões de pessoas acreditam em Deus, distribuídas num percentual elevado entre católicos (mais de 50%) e evangélicos, embora judeus, muçulmanos, budistas, espíritas, umbandistas e outras religiões tenham também participação, maior ou menor, na crença num Deus Criador.

Ora, se a grande maioria dos brasileiros é cristã (católicos ou evangélicos), se o percentual dos descrentes é insignificante (menos de 8% da população), um filme que objetivou desvirtuar fundamentos da crença da maioria das pessoas, produzido por uma empresa de humoristas, parece fugir à verdadeira liberdade de expressão para ingressar na liberdade de agressão, com intuítos que transcendem, de muito, o mero humor.

Os produtores da farsa talvez desconheçam que no mundo inteiro, há 2.000 anos, pessoas abandonam tudo para viverem uma vida consagrada e dedicada a Cristo, o que vale dizer, abdicando de uma família humana para ingressar numa família religiosa. Para estas pessoas qualquer agressão aos valores e princípios cristãos é uma agressão à sua própria família, que tem em Cristo a figura central.

Agredir a Cristo é como se, por exemplo, se agredisse a honra das mães dos diretores do Porta dos Fundos ou da Netflix, o que, à evidência, nem eles admitiriam e, nem eu, concordaria.

Creio que o artigo 220 da Constituição Federal, assim redigido: “*A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição*” tem os limites impostos pelo inciso IV do artigo 221, cuja dicção é a seguinte: “*A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: (...) IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família*”.

A meu ver, o filme mencionado violou o referido dispositivo, pois não se pode falar de ética num filme com tal densidade de inverdades e contra a grande maioria

dos valores da população brasileira, não entendendo, como pode ter sido considerado exemplo de liberdade de expressão.

Lembro que a Suprema Corte, embora com composição bem distinta da atual, proibiu a publicação de um livro que negava a existência do Holocausto, por não corresponder à verdade e agredir uma raça.

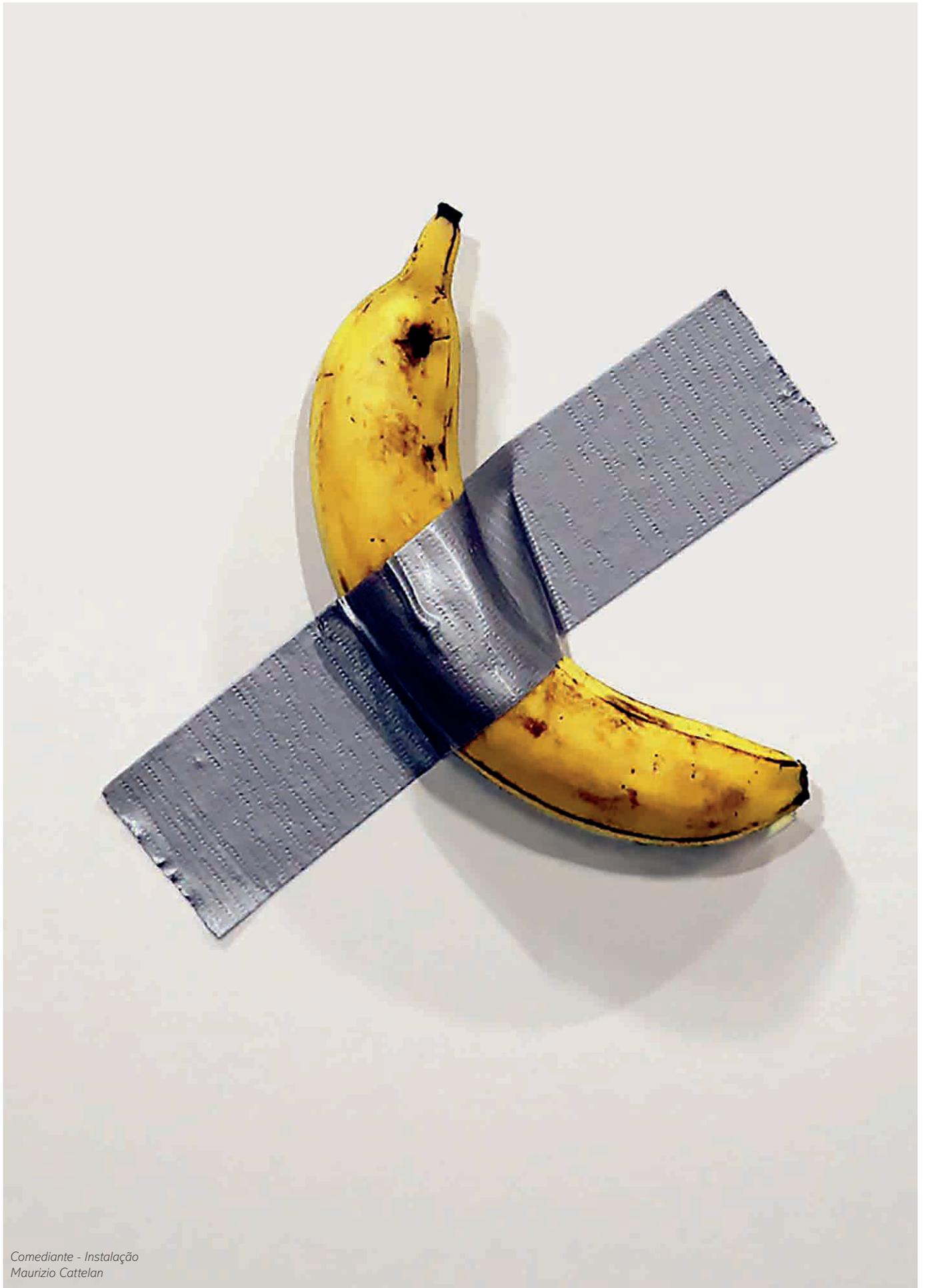
O mesmo poderia, a Suprema Corte, agora reiterar a jurisprudência passada, lembrando que, por não ser verdade o colocado no filme e por agredir todos os cristãos, deveria também ser proibido.

No referido julgamento, em que a Suprema Corte proibiu a veiculação do livro sobre o Holocausto, o qual negava a existência do martírio do povo judaico, com a morte de milhões de judeus, reduzindo a condenação à morte apenas ao número menor de adversários do Terceiro Reich, a tese dominante foi de que o livro não corresponderia a uma interpretação histórica, mas de rigor, veiculava uma violenta discriminação à comunidade hebreia e uma versão deturpada e preconceituosa da História, que não poderia ser abrangida pela liberdade de expressão como manifestação cultural.

Ora, o mesmo princípio da não verdade no referido filme, deveria servir de base para que a magistratura brasileira, quando tiver que proferir a decisão final defina o que seja liberdade de expressão e que ela não implica no direito de agressão.

Se assim decidir, respeitar-se-ia o inciso IV do art. 221 da Constituição Federal, que veda, por meio de audiovisual, sejam feridos, maculados, violentados os princípios éticos e morais da família e da pessoa humana.

Last, but not the least. Teriam os produtores desta agressão coragem de adular a figura de Maomé, ridicularizando-a num filme? Impressiona-me, sempre, que todos aqueles que se alegram em atingir os valores dos cristãos, jamais atacam a Maomé, visto que têm, certamente, receio das reações dos que professam a fé islâmica, a qual não é de mera tolerância, como ocorre com os cristãos ■



Comediante - Instalação
Maurizio Cattelan

NINGUÉM FOI CENSURADO

Carlos Alberto Sardenberg

Jornalista

sardenberg@cbn.com.br

O que ameaça a liberdade de imprensa é a censura, sobretudo a censura prévia. Jornalistas apuram suas notícias de diversas formas – pesquisando, vendo os fatos (numa guerra, por exemplo, numa manifestação de rua) ou consultando fontes que consideram confiáveis. E devem ter a liberdade plena de publicar o que apuraram sem pedir autorização a qualquer autoridade.

Tem mais. Nas democracias, a lei garante o sigilo da fonte da informação e não apenas para o jornalista. Médicos, advogados, psicanalistas têm o mesmo direito.

Logo, o jornalista não pode ser punido quando se recusa a revelar sua fonte. Mas o que acontece se a informação publicada for um tremendo erro, uma mentira, uma ofensa aos direitos de terceiros?

Fica por isso mesmo?

É claro que não pode ficar. O jornalista é responsável pelo que publica e pode ser processado pela parte atingida. Isso não é incomum por aqui. Há inclusive vários casos de jornalistas que processaram jornalistas e obtiveram condenações exemplares.

O jornalista processado sempre diz que é vítima de um ataque à liberdade de imprensa. Errado. Ele teve a plena liberdade de publicar – e o que foi publicado lá permaneceu.

Mas tem que ser responsável pelo que publicou. Um engenheiro é responsável se a barreira se desmancha e mata centenas de pessoas. Por que o jornalista não seria

responsável por destruir a reputação de uma pessoa que seja?

Essa responsabilidade não desaparece quando o jornalista alega o sigilo da fonte. Um exemplo clássico: a jornalista Judith Miller, que já tinha um Pulitzer, publicou no *New York Times* que Valerie Plame, esposa de um ex-embaixador, era agente secreta da CIA. Obviamente, colocou em risco a vida e destruiu a carreira de Valerie. A jornalista foi processada, recusou-se a revelar a fonte, foi condenada e presa.

Outro caso clássico também vem dos Estados Unidos. O *New York Times* publicou documentos do Pentágono (sobre a Guerra do Vietnã) que haviam sido subtraídos por um funcionário do órgão. Atenção, o jornal não havia participado do roubo – e isso foi um ponto importante do processo. Apenas recebeu os documentos de um funcionário que julgou necessário divulgar aqueles fatos.

O jornal pôde seguir publicando os documentos, ou seja, o jornalista precisa checar a informação recebida de sua fonte e, sobretudo, não pode participar de nenhum modo na produção da notícia. E muito menos pode participar do roubo de uma informação, quer a financiando quer ajudando a fonte de algum modo.

Tudo considerado, o jornalista Glenn Greenwald não foi censurado. Publicou e continua publicando suas histórias. Não houve censura nem quando ficou claro que as informações, as conversas entre promotores e juizes da Lava-Jato, haviam

sido obtidas criminosamente por *hackers*.

A Polícia Federal encontrou e prendeu os suspeitos. Não investigou nem indiciou o jornalista americano, que estava protegido por uma decisão do ministro Gilmar Mendes. Discutível. Jornalistas são imunes? Não devem ser.

Mas o Ministério Público resolveu denunciar Greenwald por entender que, investigando outras pessoas, os *hackers*, encontrara indícios de que o jornalista havia sido cúmplice ou tinha participado de algum modo da operação de roubo das informações.

A denúncia é o começo do processo. Pode ser desclassificada pelo juiz logo de cara. Sim, é verdade que a Polícia Federal não indiciou o jornalista. Mas o Ministério Público não tem a obrigação de seguir exatamente o caminho da PF. Se não fosse assim, os casos já sairiam direto da PF para o juiz. Muita gente diz que está claro que Greenwald não participou do processo. Pode ser, mas é o juiz que vai dizer isso. E pode ser assim porque o caso é grave. Se houve conluio entre jornalista e fontes, que cometeram crime, foi o jornalista que colocou em risco a liberdade e a independência da imprensa.

Enquanto isso, ninguém foi censurado. Glenn Greenwald continua publicando seu *site* e continua livremente se defendendo das acusações e, de sua parte, fazendo suas próprias acusações. E a imprensa continua contando e opinando de um lado e de outro. A ver o que dizem os tribunais ■

A POROROCA DAS ORIGENS

Marcio Tavares d'Amaral

Filósofo e Professor emérito da UFRJ

“O desconforto de Kierkegaard com as condições de pensar e dizer na sua época pode ter sido um eco.”

Kierkegaard, filósofo do século XIX que escalei para o segundo time para as batalhas pelas multiplicidades do mundo e a potência da vida, foi um espantado. Viveu no poderoso século XIX de Hegel. Também no de Nietzsche, que, Kierkegaard não sabia, ia declarar a morte de Deus. No momento em que o dinamarquês escrevia, Hegel era o limite absoluto da Razão. E Kierkegaard pensou: e se não se tratar apenas da Razão? Porque houve Abraão.

O desconforto de Kierkegaard com as condições de pensar e dizer na sua época pode ter sido um eco da pororoca das origens. Assim como, na década de 1960 do século passado, os radiotelescópios captaram uma radiação antiquíssima e constante, e julgaram ouvir nela o som da explosão que gerou todo o universo, também nós, se apurarmos os ouvidos do espírito e da inteligência, valorizarmos o tempo, poderemos talvez escutar o eco do encontro do rio do Ser com a torrente de Deus. Foi no século I. Para nós, que vivemos sob a espada do *fim da História*, um acontecimento espantoso, inimaginável e fundador. Deu chão a tudo que somos.

Os gregos navegavam no rio do Ser, procurando o princípio de unidade de tudo que é. A imensidão de diversidade do mundo atormentava a sabedoria grega. Multiplicidades anárquicas, risco de caos, da nossa perda no oceano da indiferenciação. Um típico terror grego. Eles acharam seu rio bom, águas e margens pacificadas.

O rio do Ser. Pois, inegavelmente, tudo é. Nada simplesmente não é. O que não é, não é, e não entra na festa. E assim, cada coisa pode ser livremente à sua maneira, sem perigo. A unidade de tudo ser organizava a diversidade. Unidade e multiplicidades preservadas. Como um fluxo de rio, disse Heráclito, ou pela fixidez das margens, preferiu Parmênides. Quase uma questão de opinião. Tudo isso se passou no longínquo século VI a.C.

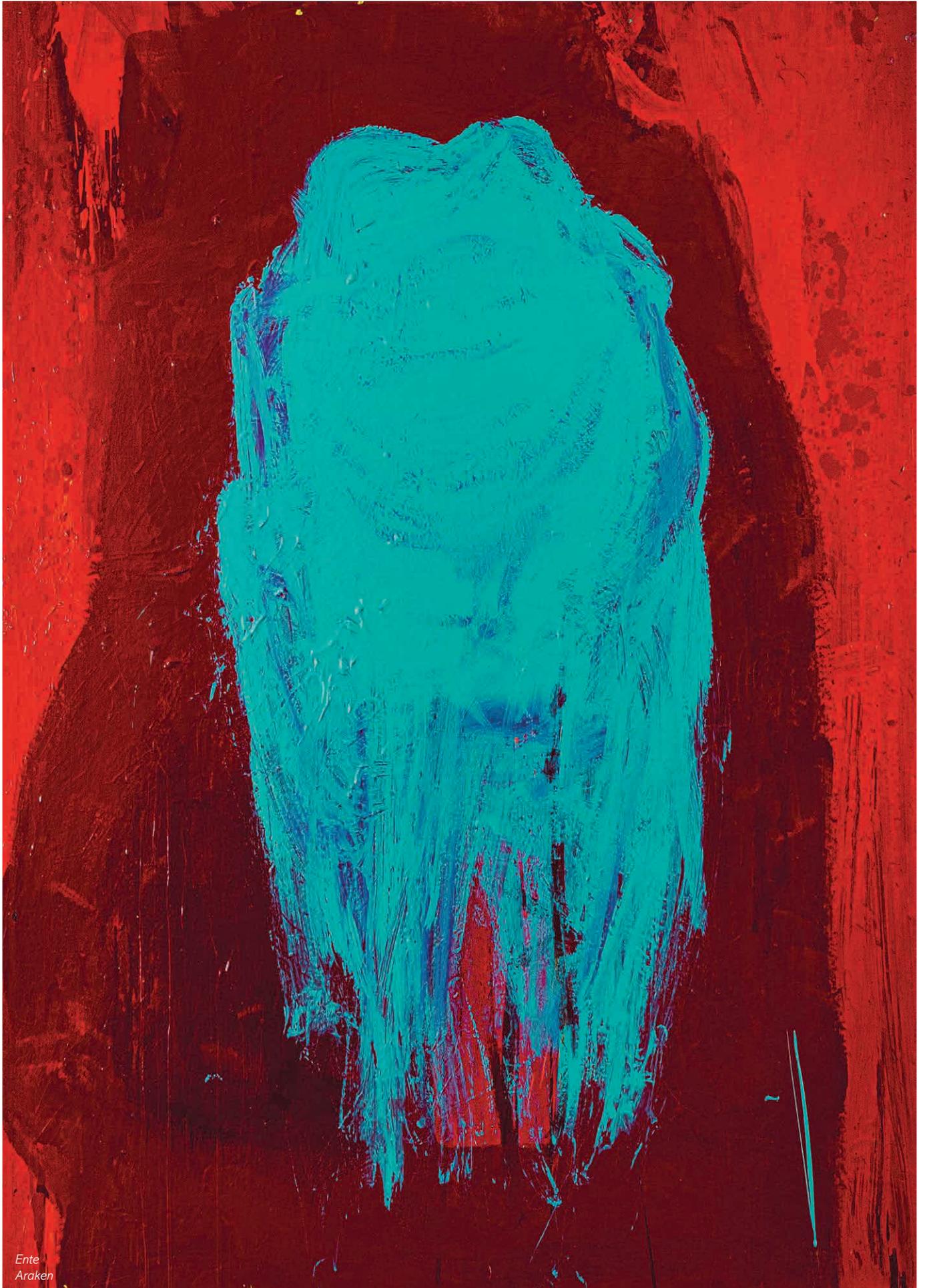
E vinham os hebreus pelo deserto. Estar na terra estrangeira, estrangeiro na sua própria terra: esse é o deserto. Os hebreus conheceram seus desertos. Houve invasões assírias no norte, misturas étnicas, um deserto de identidade. E o cativo na Babilônia para as tribos do sul, um deserto de melancolia. E a escravidão do povo no Egito, um deserto de humilhação. E depois a saída, o Êxodo, 40 anos vagando pelo deserto de areia até chegar de volta a casa. Invasidos, misturados, cativos, escravos, errantes, dispersos, os hebreus não se perderam de si porque tinham seu Deus. Aquele que fez a Aliança com Abraão, deu a Lei a Moisés, ditou as palavras de fogo do primeiro dos nossos Livros Sagrados. Trouxe o povo de volta da Babilônia, libertou-o do Egito. Seguiu à sua frente como uma torrente inextinguível. A unidade do povo hebreu lhe foi dada pela torrente de Deus.

A unidade grega, sua regra de navegação, era um princípio abstrato, o Ser. A hebraica era mais do que concreta, Deus, causa de tudo o que existe, Criador do mundo e do tempo, fonte nunca seca do rio da História. Os gregos escreveram seu princípio de identidade em filosofia. Os judeus contaram sua unidade como religião. Os gregos questionaram o Ser. Os judeus narraram a História de Deus. Tão

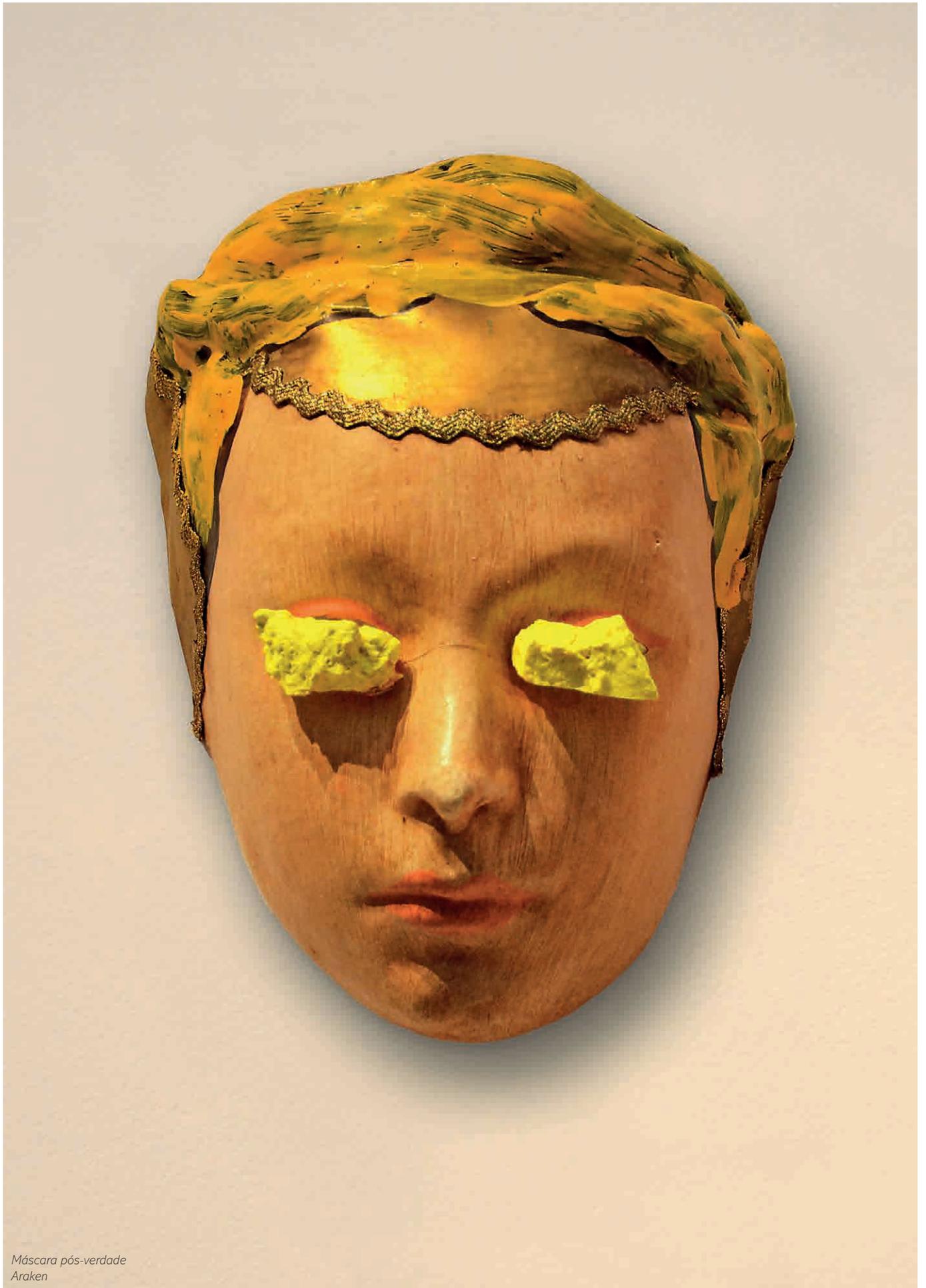
diferentes! Ser, razão, filosofia. Deus, fé, religião. Essas duas grandes experiências éticas, de habitação nossa no mundo, deveriam estar destinadas a nunca se encontrar. E, no entanto, no século I, tocaram-se, fundiram-se, repeliram-se, completaram-se. Que choque imenso deve ter sido essa pororoca das nossas origens! Hoje mal ouvimos seu eco longínquo com nossos radiotelescópios históricos apontados para o passado.

No século XIX Kierkegaard ouviu. Os modernos do Renascimento tinham querido separar as duas fontes, ficar só com os gregos. Em estado puro. E esse desvio das origens conduziu a uma Razão que pretendeu varrer para a sombra a potência da fé e a presença de Deus. No século XVIII, chamou-se Iluminismo a esse movimento de cisão. No XIX Hegel acabou por consagrar essa Razão como o novo Absoluto. E Kierkegaard se afligiu. Porque ouvia Abraão. O Homem da Fé não podia ter morrido de Razão. Como isso poderia acontecer aos olhos de Deus? – Para essa angústia escreveu um belíssimo livro, *Temor e Tremor*, que um dia merece ser apresentado com delicadeza.

Por enquanto, vamos lembrar que Kierkegaard ouviu a pororoca das origens. Podemos, os que quisermos, apurar os ouvidos e escutar na concha da sua orelha. E começar de novo a História. Uma outra, uma mesma História. Melhor, quem sabe? Se a exaustão e a tristeza do nosso tempo não embargarem nossos passos e turvarem nossos olhos. Teremos a humildade de recuperar passos firmes e olhos claros? Já os tivemos uma vez. Fizemos uma longa História com eles. No ocaso dela, teremos forças para de novo nos levantar da nossa tenda, palmilhar o deserto, atravessar o rio e a torrente e reverdecer a Terra? ■



Ente
Araken



Máscara pós-verdade
Araken

Luciano Trigo
Jornalista e escritor

NO PAÍS DA PÓS-VERDADE

Historiadores relatam que, em busca das riquezas fabulosas do Eldorado, conquistadores europeus interrogavam insistentemente os nativos, até que recebessem – ou julgassem receber – a resposta que desejavam. Pero Vaz de Caminha escreve em sua famosa carta que, convidados a subir a bordo de uma caravela, alguns nativos examinaram atentamente um par de objetos e, em seguida, voltaram seu olhar para a terra. Os navegantes portugueses concluíram daí que eles estavam propondo trocar aqueles objetos por ouro e outras riquezas – interpretação que, evidentemente, mais se devia ao desejo que à realidade. *“Isso tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos”*, escreve Caminha.

Talvez tenhamos herdado do colonizador português nossa vocação para acreditar naquilo que queremos, mais do que naquilo que enxergamos. Não surpreende, portanto, que o recente fenômeno da pós-verdade tenha encontrado no Brasil terreno mais do que fértil: a pós-verdade conferiu, por assim dizer, legitimidade intelectual à persistente atitude do brasileiro de ignorar fatos e números que contrariem suas convicções. Sempre aplicamos à realidade o filtro do nosso desejo: se a realidade não corresponde ao que quero, pior para a realidade.

Outro traço distintivo do caráter na-

cional no século XXI é a obstinada recusa em reconhecer um erro. Parece que Mark Twain estava pensando nos brasileiros do futuro quando afirmou que é mais fácil enganar as pessoas do que convencê-las de que elas foram enganadas. Assim somos: preferimos nos agarrar a um engano até o túmulo a admitir que fomos feitos de bobos. Por fim, um terceiro traço que nos caracteriza, complementar aos outros dois, é a tendência a confundir fatos e opiniões, vontades e direitos, o que geralmente conduz à vitimização: quando desejos se transformam em direitos, se eu não tenho algo que quero será sempre por culpa do outro, não por incompetência minha.

Somados, esses três traços impedem qualquer conciliação entre os campos em disputa na sociedade fraturada em que vivemos hoje. Como esses campos parecem viver em realidades incompatíveis, sem qualquer interseção que permita um esboço de consenso, é inútil apelar à razão. No país das verdades alternativas, cada um escolhe a narrativa que mais lhe apetece, sem qualquer cerimônia. Todos têm razão e ninguém admite ser contrariado.

Como chegamos a esse ponto? Educação. Antigamente se aprendia desde criança que a gente não pode ter tudo que quer. Mesmo aqueles que não aprendiam isso em casa acabavam entendendo, porque a vida ensinava, e a realidade se

impunha. A vida ensinava também que as pessoas são diferentes, têm graus variáveis de beleza e inteligência, talentos, aptidões e características individuais, mas isso não era motivo para inveja nem ressentimento. A beleza alheia não ofendia, a inteligência alheia não oprimia, os talentos alheios eram objeto de admiração, não de ódio – porque se aprendia também que o esforço, o sacrifício e a perseverança podiam levar qualquer pessoa à realização e à felicidade.

Hoje não é mais assim: em vez de entender que não podem ter tudo que querem, gerações de brasileiros estão sendo levadas a acreditar que a todo desejo equivale um direito – e nenhum dever. Uma pessoa desprovida de beleza tem o direito de ser *top model*; uma pessoa desprovida de inteligência ou disposição para estudar tem o direito de tirar nota 10 nas provas; uma pessoa desprovida de dinheiro tem o direito de ter um iPhone 11; uma pessoa que nasceu homem tem o direito de participar nas equipes femininas em competições esportivas – tudo *“por assim o desejarmos”*, como escreveu Caminha. É difícil acreditar que isso possa dar certo: pode existir pós-verdade, mas ainda não inventaram a pós-realidade. Indiferente ao que desejamos e ao sentido que damos às coisas, a realidade sempre se impõe, nem sempre de forma agradável ■

PENSAMENTO BRASILEIRO

Araken Hipolito da Costa
Cel Av
Editor da Revista Aeronáutica

Uma síntese sobre o Pensamento Brasileiro
apresentada em quatro partes.

PRIMEIRA PARTE Fundamentos da Cultura Ocidental

No processo de estruturação da cultura ocidental, além do cristianismo e do feudalismo, intervêm outros acréscimos importantes como o pensamento grego, o direito romano e a família. Entretanto somente com a coroação de Oto I como imperador do Sacro Império Romano-Germânico, em 962, dá-se o nascimento da cultura ocidental.

1. A contribuição grega

A Grécia Antiga floresceu basicamente nos anos V e VI a.C.. O legado cultural dos gregos antigos seria apropriado por Roma, sendo preservado no Ocidente.

A filosofia nasce na Grécia, fruto da criação original do pensamento grego, notadamente na capacidade de abstração e de generalização.

2. A contribuição do judaísmo e do cristianismo

O código moral judaico-cristão penetrou na cultura do Ocidente principalmente através de uma pregação centrada nos *Dez Mandamentos*. É apresentado como emanção direta de Deus.

A questão da moral nos mandamentos para organização e preservação da sociedade mantém a perenidade do código.

Esse código impregnou de modo radical a cultura do ocidente e, sobretudo, a formação da família.

3. A contribuição de Roma

A herança romana na plena estruturação da cultura ocidental diz respeito, sobretudo, às instituições políticas e ao direito. Originariamente as instituições políticas de Roma guardavam certas semelhanças com as que se organizavam nas cidades-estados gregas. Como na

Grécia, também em Roma, a condição de cidadão não alcançava a todos.

O direito romano, além de criação original, revelou ser uma ordenação a bem dizer perene desse aspecto da vida social, e sua estruturação com forma considerada definitiva.

4. A contribuição da família

Religião, propriedade, lei, educação, economia, todos os aspectos visíveis da sociedade tinham raízes na família.

A família é a célula *mater* da formação da sociedade. O cristianismo absorvido pela família ao longo da Idade Média, propõe um projeto religioso na direção da unidade e do amor. É a escolha de um modelo para a humanidade e hierarquizada pelos seus valores.

Surgem dois tipos de organizações da família: particularista e clânica.

SEGUNDA PARTE Eu sou brasileiro

No período da descoberta do Brasil, em 1500, acontece uma grande revolução social e política na Europa. O Sacro Império Romano e o Papado cessam de exercer sua ação unificadora, em nome da qual, a partir do ano 1000, aspiram à dominação universal, uma sobre os corpos, a outra, sobre as almas.

A estrutura das monarquias centralizadas está em marcha por toda a parte e iremos assistir, a partir de então, ao processo irrefreável de formação das nações.

O Estado moderno corresponde a uma obra de centralização do poder político, em mãos de um único grupo de instituições sem precedentes na História do Ocidente.

A característica essencial do Estado



moderno: unidade de território, Forças Armadas, soberania e governo.

O processo de consolidação das nações e o abandono do latim como língua oficial no mundo do saber ocorrem simultaneamente à emergência das filosofias nacionais, estruturadas em torno das temáticas pertinentes à formação de cada nação, e à substituição do latim pelas línguas vernáculas. Assim, as filosofias nacionais passaram a ser pensadas por essas novas variantes da comunicação humana.

O Estado português se organizou ao longo do processo de expulsão dos mouros e de afirmação da independência em relação a Castela, processo iniciado por D. Afonso Henriques, em 1128, e que está virtualmente concluído com a ascensão ao trono da Casa de Avis, em 1385.

Era o Estado mais avançado em ciências náuticas da época e, querendo expandir seu reino além-mar, marcou presença na África, Índia, China, Japão e América, com a descoberta do Brasil.

Na seara do pensamento filosófico



afirma-se que o homem é um ser de necessidade, quer seja material (dar ordem às coisas) quer espiritual (Universo precisa de ordem); e o português queria expandir seu reino além-mar. A vinda ao Brasil não era só uma procura por riquezas, mas também para levar as boas novas a partir do espírito da ordem de Cristo, conforme o imperativo *ide e dizei*.

Outro aspecto relevante, a ser destacado, foi o encontro das culturas em novo território. Chegando nestas terras, o conquistador português já encontrou os indígenas, incorporando ao território, logo depois, o trabalho escravo do negro africano. As peculiaridades de cada uma dessas etnias somadas geraram uma verdadeira miscigenação cultural, que hoje perfaz concretamente a nossa cultura.

A estruturação desta nova cultura singular foi formada por uma mescla das três etnias, classes sociais bem diferenciadas. Fato significativo e fundamental foi a intervenção do Marquês de Pombal para manter a unidade das novas terras,

quando obriga a todos a falar a língua portuguesa, tanto no comércio quanto na escola, e tendo fixado a política de ocupação da imensa hinterlândia, até os limites do Império espanhol, nos Andes, mediante o projeto de criação de uma capital, no centro do continente, ocupando o Planalto Central (nascia, assim, a ideia da construção da nova capital, que garantiria a segura ocupação do território e a sua preservação em mãos dos portugueses e, posteriormente, dos brasileiros). Assim, podemos inferir o quanto foi vivenciado para termos uma identidade nacional. Os estudiosos dão sinal de que só a partir da 3ª geração foi possível ser propagado o *eu sou brasileiro*.

A guerra de expulsão dos holandeses em Recife e a Guerra do Paraguai fortaleceram esse sentimento de identidade nacional.

A partir da afirmação *eu sou brasileiro* – base da identidade nacional – temos um longo caminho até chegarmos à elaboração de um pensamento brasileiro idealizado por Tobias Barreto.

TERCEIRA PARTE Tobias Barreto e o Culturalismo

Chegamos ao início das formulações de pensamento brasileiro, e seu precursor é Tobias Barreto. Sergipano, mameluco, poeta, filósofo e jurista. Morre aos 50 anos (1839-1889) deixando nove filhos e muitas obras. Participou de modo destacado do chamado *surto das ideias novas* dos anos 70; voltou-se contra a influência francesa e o positivismo. Notadamente avesso à vertente marxista, amparada pela visão materialista do positivismo. Concluiu o curso de direito aos 30 anos, na Faculdade de Direito do Recife, em 1882.

Sustenta que a liberdade é a condição precípua para o desenvolvimento da sociedade. O homem escolhe o seu caminho, o que não acontece nos países totalitários.

Tobias lê e escreve em alemão, inclusive publicou um jornal neste idioma, mas é na obra de Immanuel Kant (1724-1804) que nutre suas ideias. No texto *O que é esclarecimento* Kant argumentou que o homem deve sair do estágio da menoridade.

Deixar de ser tutelado, conduzir seu próprio caminho. Por analogia, o mesmo serve para uma nação, pois se não tem um pensamento próprio, fica sob a tutela de outra nação. É na revolução filosófica de Kant, porém, que se inverte a relação entre sujeito e objeto do conhecimento: *Não é o sujeito que ao chegar ao conhecimento descobre as leis do objeto, como em Aristóteles, através da adequação do intelecto a coisa em si; mas é o objeto que ao ser conhecido se adequa à lei do sujeito.*

O criticismo kantiano representa a definitiva separação entre os âmbitos da metafísica e da ciência. A razão pura (científica) é capaz tão somente de tratar de realidades atingíveis pela experiência. Os temas metafísicos: existência de Deus, liberdade, imortalidade da alma não podem ser tratados com a objetividade da ciência; permanecem no âmbito da razão prática (vontade), em que a subjetividade predomina.

A filosofia kantiana propõe que o homem, por intermédio da ciência e da técnica, em contraponto ao mundo moral, permite o fazer. Tobias Barreto, observando o abismo kantiano entre as ciências e o mundo moral, vai inferir que este abismo é preenchido pela cultura. A cultura entendida como o impulso do espírito para agir e criar qualquer bem objetivado. Um conceito deduzido dentro do culturalismo advém do entendimento do culto a Deus, o Criador que cria do nada o mundo e o homem à sua imagem e semelhança; como consequência, infere que o homem é coautor para a sua existência no mundo. Tobias Barreto propõe outras afirmativas, como *a vida social é a verdadeira vida do homem; é preciso humanizar a luta pela vida, pelo trabalho cultural; e o processo da cultura consiste em gastar e desbastar o homem da natureza.*

QUARTA PARTE

A corrente culturalista

A corrente culturalista nasce no ambiente da Escola do Recife a partir da posição firmada por Tobias Barreto sobre o conceito de cultura. Silvio Romero (1851-

1914) foi seu contemporâneo, tornando-se um grande propagandista de suas ideias e promovendo uma primeira ordenação em sua obra dispersa. Silvio Romero se encaaminharia para a vertente do culturalismo sociológico. Outro defensor de Tobias é o pernambucano Artur Orlando (1858-1916), que trata a filosofia como teoria do conhecimento. Nesta trilha do culturalismo segue Câmara Cascudo (1898-1986); nos estudos de antropologia e etnografia, Graça Aranha (1868-1931), maranhense que vai cunhar o termo *brasilidade* numa via pela valorização da arte e sensibilidade.

Miguel Reale (1910-2006), quando começa a estudar e entender Tobias Barreto, em 1949, retoma o projeto da Escola do Recife. Ele cria o Instituto Brasileiro de Filosofia, edita a *Revista Brasileira de Filosofia*, e também se torna reitor da USP. Miguel Reale, como reitor, leva a obra de Tobias Barreto aos ambientes acadêmicos, com a força de uma complexa e vasta visão do mundo da cultura. Tobias, que modernizou o conceito de filosofia, reflete sobre o dia a dia da realidade, numa sociedade assumidamente assimétrica, eclética e sincrética. Miguel Reale cunha o termo *culturalismo*. O culturalismo é a base desse pensamento, que vai investigar o cenário e o ser nacional.

Antonio Paim (1927), da década de 60 até hoje, tem sido um exegeta da obra de Tobias Barreto; contextualiza a História das ideias no Brasil. Sua vasta obra tem uma atualidade indiscutível, como realmente tem sido fundador de uma filosofia nacional do Brasil. Antonio Paim atua na implantação do curso de mestrado em filosofia na área do Pensamento Brasileiro na PUC/RJ (1972-1978); na criação do curso para mestrado e doutorado em filosofia na área do Pensamento Luso-Brasileiro, na Universidade Gama Filho a partir de 1979; e na instalação do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, na PUC de Salvador, em 1982.

Estes citados filósofos brasileiros fundamentados pelo culturalismo, num gesto patriótico de defesa da nação, levam

adiante as ideias que motivaram a reflexão nacional. O culturalismo no embate com o meio acadêmico e intelectual sofre ataques e reveses, seja nos cursos implantados, seja nos espaços políticos por correntes marxistas, materialistas, apátridas e internacionalistas.

O Clube de Aeronáutica, criado em 1946 por oficiais da Aeronáutica oriundos da Marinha e do Exército, tem mantido as aspirações destes precursores da arma aérea: pensar o Brasil.

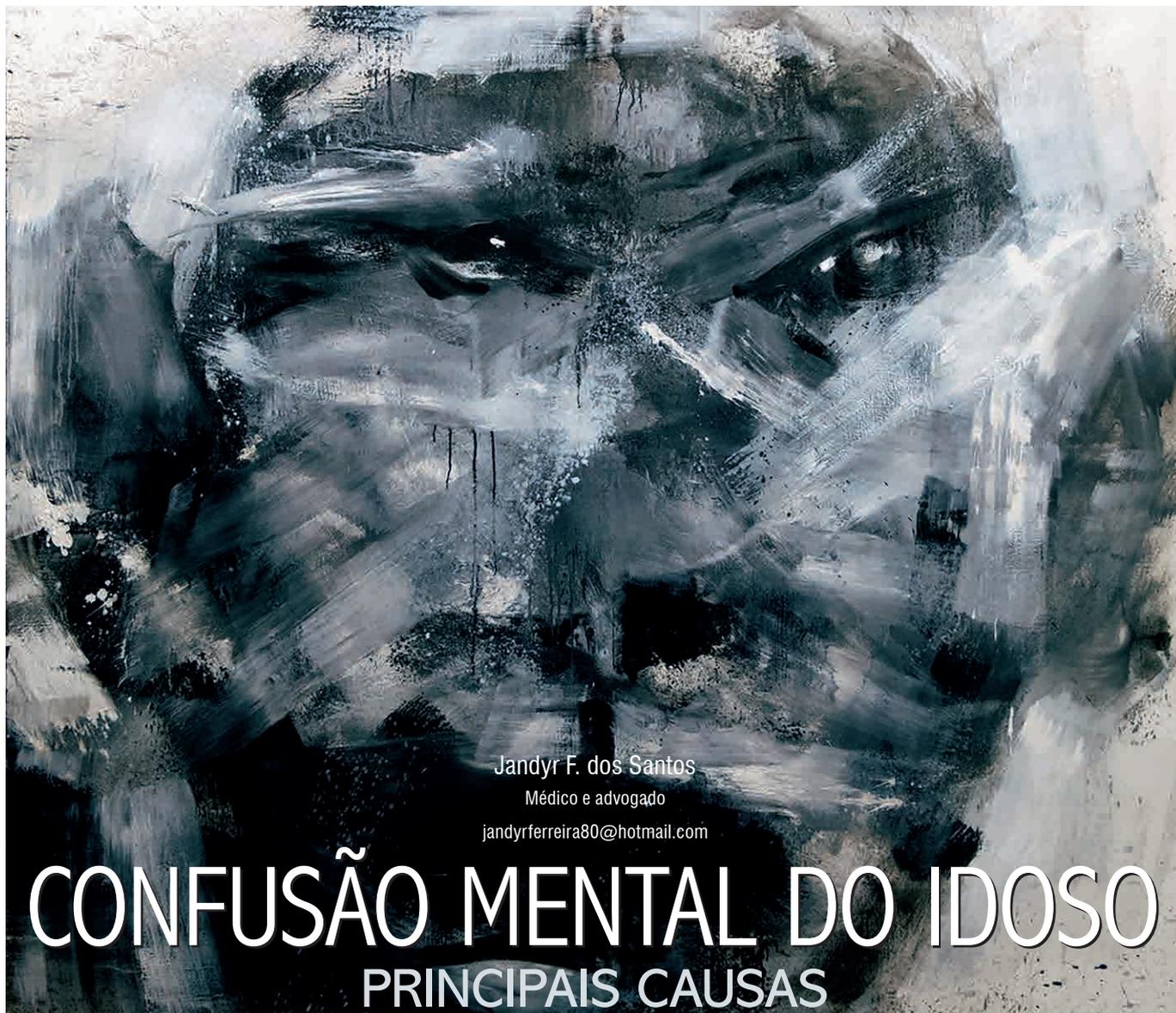
Por que o Pensamento Brasileiro marca sua presença no Clube de Aeronáutica?

O Clube de Aeronáutica, criado em 1946, por oficiais da Aeronáutica oriundos da Marinha e do Exército, tem mantido as aspirações destes precursores da arma aérea: pensar o Brasil.

Em 2006 foi criado um Grupo de Estudos no Clube de Aeronáutica, mas somente em 2010 inicia o primeiro Curso do Pensamento Brasileiro. O mentor intelectual destes estudos é o Prof. Dr. Francisco Martins de Souza (1925), que comungava com as ideias de Miguel Reale relativas ao pensamento político brasileiro, juntamente com Antonio Paim, Ubiratan Macedo e Ricardo Vélez Rodriguez. O querido Prof. Dr. Francisco iluminou nossas mentes sobre a importância do culturalismo, e Ricardo Vélez contribuiu com a sua participação ativa nos cursos como palestrante, e na escrita de ensaios e artigos para a *Revista Aeronáutica* e nos projetos de valorização da cultura brasileira, na sua rápida passagem pelo Ministério da Educação, em 2019. Afirmamos com orgulho que o Clube de Aeronáutica é a Casa do Pensamento Brasileiro, em memória dos nossos antecessores e, também, pelos anos de estudos aprofundados sobre o tema.

Para fortalecer e perenizar os estudos do Pensamento Brasileiro, criamos uma parceria com a Universidade da Força Aérea (UNIFA), a fim de implementar o modelo de Ensino a Distância (EAD) para o curso.

Podemos afirmar que o culturalismo é uma árvore que dá bons frutos em solo brasileiro ■



Jandyr F. dos Santos

Médico e advogado

jandyrferreira80@hotmail.com

CONFUSÃO MENTAL DO IDOSO

PRINCIPAIS CAUSAS

Sempre que dou aula de clínica médica a estudantes do quarto ano de Medicina, lanço a pergunta: “– *Quais as causas que mais fazem o vovô ou a vovó terem confusão mental?*”

Alguns arriscam: “– *Tumor na cabeça.*”
Eu digo: “– Não.”

Outros apostam: “– *Mal de Alzheimer.*”
Respondo, novamente: “– Não.”

A cada negativa a turma se espanta... e fica ainda mais boquiaberta quando enumero os três responsáveis mais comuns.

Constantemente vovô e vovó, sem sentir sede, deixam de tomar líquidos. Quando falta gente em casa para lembrá-los, desidratam com rapidez. A desidratação tende a ser grave e afeta todo o organismo.

Pode causar confusão mental abrupta,

queda de pressão arterial, aumento dos batimentos cardíacos (*batedeira*), angina (dor no peito), coma e até morte...

Insisto: “– Não é brincadeira.”

Na melhor idade, que começa aos 60 anos, temos pouco mais de 50% de água no corpo. Isso faz parte do processo natural de envelhecimento. Portanto, os idosos têm menor reserva hídrica.

Mas há outro complicador: mesmo desidratados, eles não sentem vontade de tomar água, pois os seus mecanismos de equilíbrio interno não funcionam muito bem.

Conclusão

Idosos desidratam-se facilmente não apenas porque possuem reserva hídrica menor, mas também porque percebem menos a falta. O primeiro é para vovós e vovôs: tornem voluntário o hábito de

beber líquidos. Por líquidos entende-se água, sucos, chás, água de coco, leite, sopa, gelatina e frutas ricas em água, como melão, melancia, abacaxi, laranja e tangerina, também funcionam.

O importante é, a cada duas horas, botar algum líquido para dentro.

Lembrem-se disso!

Meu segundo alerta é para os familiares: ofereçam constantemente líquidos aos idosos.

Ao mesmo tempo, fiquem atentos. Ao perceberem que estão rejeitando líquidos e, de um dia para o outro, ficam confusos, irritadiços, fora do ar. Atenção! É quase certo que sejam sintomas decorrentes de desidratação.

“Líquidos neles, e rápido para um serviço médico.” ■

MILITAR NÃO

“Sr. Presidente:

Os tempos são outros. Nunca o Brasil esteve tão intensamente penetrado de sentimento democrático e de amor à liberdade, como atualmente. E esse é o sentimento que prepondera nas nossas classes armadas. Foi o que as impulsionou para o 29 de outubro (deposição do presidente Vargas), e, agora, determina novamente o seu pronunciamento, em defesa da Pátria e da Democracia.

Positivismo e comunismo vieram a ser, no Brasil, as forças negativas, dissolventes da ideia de Pátria, implicando em desviar as forças armadas dos seus verdadeiros rumos. De início é o positivismo que visa corromper o espírito nacionalista das nossas gerações militares e em favor da utopia – humanidade – relegando para plano secundário a ideia de Pátria.

O Apostolado Positivista passou a ser o esquisito laboratório dessas ideias, em que os adeptos de Augusto Comte, como mais tarde o farão os discípulos de Marx e Engels, agitarão as retortas de violentos ácidos corrosivos contra a noção de Pátria.

O Sr. Teixeira Mendes, “Papa Verde” do positivismo, prega, então, ideias, que, hoje, dificilmente se acreditaria pudessem ser apresentadas, se não constassem, como constam, das suas orações apostolares. Prega, antes de mais nada, o esfacelamento do Brasil, criando as chamadas pátrias brasileiras. Afirma que os positivistas – e é grande, então, o seu número no Exército – não têm “o menor preconceito de integridade política”. Admira-se que os democratas “olhem com tamanho horror” para o que chama “a inevitável fragmentação política do Brasil”. Considera, desdenhosamente, a integridade brasileira como um simples preconceito.

Ataca o Império “porque não recuou nem diante da violência e da corrupção para manter a monarquia e a integridade da nacionalidade brasileira”.

Escreve textualmente: “O Exército não garante a tranquilidade pública porque é insuficiente para a guerra e é supérfluo para a paz”. Incentiva a sabotagem da Guerra do Paraguai, cujas glórias militares considera como sinais de vergonha, o que levou certa vez o General Tasso Fragoso a escrever: “Lembro-me dessa época quando os velhos

generais, que haviam lutado no Paraguai, escondiam as suas condecorações de guerra, como se fossem símbolos do opróbrio”. Duas observações particulares:

1) o Senador Gaspar da Silveira Martins sempre criticou, acerbamente, o pacifismo dos positivistas, para os quais os Exércitos deveriam se transformar em gendarmarias e “os generais eram os grandes assassinos dos povos”.

2) a impoluta figura do Duque de Caxias era assaz denegrida e apequenada pelos militares profíctos do positivismo. Caxias só seria reabilitado pelo Exército, de um semi-anonimato não condizente com os tantos e tamanhos serviços por ele prestados ao Brasil, na paz e na guerra, no ano de 1925, pelo ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho...

Enfim, o Exército diminuído à sim-



Annette Messager
Instalação Boards at rest
1971-72

PODE SER COMUNISTA*

ples gendarmeria e a Pátria reduzida a vinte republiquetas! Era o que queria o Apostolado Positivista, fiel intérprete das ideias de Augusto Comte, apóstolo ainda mais intransigente que Marx, das teorias do materialismo histórico. Foi grande o trabalho dos constituintes para que a nova Carta Magna da República saísse escoimada dos aleijões positivistas.

Os chefes militares, no decorrer dos governos republicanos, tudo fizeram para que o Exército se fortalecesse em seu espírito profissional e no seu amor à Pátria, da qual é a armadura de aço.

Na verdade, os nossos chefes militares souberam, com elevação e habilidade, livrar as forças armadas do primeiro cancro (o positivismo) que ia corroendo as suas energias e solapando os fundamentos da Nação.

Chegou, agora, a vez de defender-se de um outro inimigo. Os chefes militares de hoje, e que já falaram com a boca dos canhões em 27 de novembro de 1935 [refere-se à hedionda Intentona Comunista de 1935, que pode ser resumida em dois vocábulos apenas: traição e covardia; que foi uma das ponderáveis causas imediatas para a deflagração do glorioso Movimento Cívico-Militar de 31 de março de 1964], estão novamente com a palavra.

Apreciado o positivismo [que prega a “ditadura republicana”] como contrário à ideia de Pátria, vejamos agora o comunismo [que preconiza a “ditadura do proletariado”]. Desaparece, no comunismo, o conceito clássico de povo e de Pátria. A unidade política não é mais o povo, e sim, a classe. Dentro da unidade – classe – o cidadão oblitera-se, desaparece. E com ele, o povo. E com o povo, a Pátria.

Cada circunscrição política deve dividir-se na classe dos marítimos, na classe dos metalúrgicos etc. A classe é o que se tem em vista, esteja onde estiver, no país ou no estrangeiro.

Lê-se no manifesto comunista:

“Operários de todo o mundo: uni-vos!” O Programa do Komintern proclama: “O proletariado não terá Pátria enquanto não conquistar o poder político”.

Como o partido é internacional, aqueles

que o dirigem nos demais países, como no Brasil, têm o nome de secretários. E, se em dado momento, colidirem os interesses de um país com os da Rússia Soviética, devem preponderar os da URSS. Desta mesma tribuna o senador comunista Luiz Carlos Prestes declarou que no caso de uma guerra do Brasil com a Rússia, ou melhor, com a União Soviética, ele ficaria com a União Soviética.

Como se pode supor, nessas condições, que um comunista possa deixar de atender aos compromissos internacionais, intrínsecos, do seu partido? E se esta obediência, pelo caráter internacional do partido, dimana, imperativamente, da própria essência do comunismo, como admitir-se que o militar possa pertencer a uma organização internacional, ele que jurou defender a Pátria com o sacrifício da própria vida? Como admitir-se que o militar, o militar do Brasil, possa ter outra bandeira que não seja aquela “que a brisa do Brasil beija e balança?”

Como admitir-se que ao soldado, ao marinheiro, ao aviador, se possa, sem receio de traição, confiar-se uma arma, e esta arma ser utilizada contra a Pátria, que nele depositou a sua confiança?

Não podem existir duas respostas a estas perguntas! Admitir-se um militar comunista seria conformarmo-nos com o mais trágico dos paradoxos.

Ninguém pode negar aos Estados Unidos da América do Norte e à Inglaterra, o alto espírito democrático que preside às suas instituições. E, no entanto, o que hoje se pretende fazer no Brasil, a Inglaterra e os Estados Unidos já o fizeram, excluindo das suas forças armadas todos os militares comunistas [acrescente-se que, após a Contrarrevolução de 1964, foram expurgados das FFAA (Forças Armadas Americanas), militares indesejáveis como os subversivos/comunistas, os corruptos e os de conduta moral incompatível com a profissão militar; desafortunadamente, tipos dissimulados conseguiram escapar daquela oportuna e benéfica higienização, sendo o caso mais notório, o do capitão desertor e traidor, facínora crapuloso, Carlos Lamarca].

Sr. Presidente. Srs. Deputados: Vou

terminar. Procurei demonstrar como as forças armadas têm sido sacrificadas por duas correntes ou partidos de sentido filosófico-político, fundamentados na interpretação materialista da História: o positivismo e o comunismo, e ambos desencadeados, primeiro, contra a República que sucedeu à Monarquia; depois, contra a República que substituiu a ditadura, e, também, por coincidência, ambas em sua fase perigosa de adolescência.

Continuando, Sr. Presidente, procurei provar o caráter internacional do positivismo e do comunismo. E, assim, contrários à ideia de Pátria. Na Inglaterra, Srs. deputados, sempre sepultaram os sonhos dos conquistadores e a ideologia dos extremistas! Se velhos países, como outros, reagiram às ideias de Marx, como compreender-se que um país novo, ainda em formação, como o Brasil, possa admiti-las e com a cumplicidade das próprias classes armadas?

Impõe-se à democracia brasileira fortalecer o sentido afirmativo da Pátria. Não podemos – militares e representantes do povo – permanecer tranquilamente debaixo da abóbada, deixando que o inimigo nos vença. Se não reagirmos, a abóbada ruirá. Pereceremos todos. E de todos nós, que não somos comunistas, não sobrá um só Jeremias para chorar sobre as cinzas dessas ruínas.

Fortaleçamos a Pátria, prestigiando as classes armadas. Renunciemos à vastidão das ideias universalistas. E permaneçamos intangíveis no nosso sentimento pátrio, no sagrado egoísmo, no amor ciumento do nosso desvão de telhado, que é a nossa terra, a nossa família, a nossa gente, a nossa PÁTRIA!”

*Documento publicado pela Revista Nação Armada, n. 81, de janeiro de 1947. O discurso havia sido pronunciado em 26 de novembro de 1946, na Câmara dos Deputados, pelo então deputado federal por Alagoas, Cel do Exército Afonso de Carvalho. Ele também era poeta, crítico literário e jornalista; colaborou com O Jornal, Revista da Semana, que fundou e dirigiu, O Radical e Nação Armada, todos periódicos do Rio de Janeiro ■



PANDEMIA OU PARANOIA? PANDEMÔNIO!

Escrevemos este texto com vista no futuro, para que fique registrada nossa posição sobre os assuntos tratados. Hoje, as pessoas estão tão iludidas e confusas pela desinformação maciça dos meios de comunicação que não esperamos que muitos estejam dispostos a dar atenção aos argumentos apresentados e a mudar de opinião. Haverá quem nos considere irresponsável e pense que pretendemos colocar em risco a vida dos outros, mas estamos convencidos de que são eles que põem em risco toda a Nação.

Quando, pela primeira vez, tomamos conhecimento do novo surto de infecção por coronavírus e das medidas radicais adotadas pela China, para contê-lo, não tivemos dúvida de que aquilo somente poderia acontecer em países governados por ditaduras comunistas. Sob regimes democráticos, imaginamos, jamais seriam toleradas tamanhas violências contra os direitos mais elementares dos cidadãos.

Tristemente, descobrimos que estávamos enganados. Pouco tempo depois, vimos alastrar-se, pelas principais democracias europeias, verdadeira histeria coletiva, relacionada à epidemia, que ultrapassara os limites chineses e chegara ao ocidente. Era difícil acreditar em que pessoas civilizadas fossem capazes de tanta irracionalidade.

Não se trata, aqui, de dizer que nenhuma ação preventiva deveria ser adotada, mas da desproporcionalidade dos procedimentos, em execução, ou sugeridos.

Ao ver o festival de insanidades praticadas pela quase totalidade dos governantes dos países afetados, que,

parece, se deixou influenciado pelo terrorismo difundido por jornalistas ávidos de fabricar tragédias, para usá-las como matéria-prima destinada a impulsionar seus lucros, lembramo-nos de um filme a que assistimos, quando ainda éramos um menino, e nos deixou muito chocado.

Infelizmente, passados quase setenta anos, já não nos recordamos do título, de quem eram os artistas, nem de muitos aspectos do enredo, mas algumas cenas ainda estão muito vivas em nossa memória.

A história se passava na Europa medieval, em plena epidemia da peste negra. A cidade, talvez, fosse Paris, mas poderia ser qualquer outra, quem sabe, Veneza. Lembramo-nos de que tudo aconteceu durante o carnaval. Em meio à alegria das pessoas fantasiadas e à beleza dos carros alegóricos, vieram as medidas dos administradores locais, destinadas a “proteger” a população da gravíssima doença. Algumas, como confinamento obrigatório, proibição da livre circulação de pessoas, punição severa de quem descumprisse as instruções das autoridades, eram muito semelhantes às que pretendem implantar agora, sete séculos depois.

Não havia, contudo, quarentena de doentes. As pessoas que apresentassem os sintomas da peste eram forçadas a entrar em covas coletivas abertas no solo e enterradas ainda vivas, isso, se dessem a sorte de não terem sido queimadas também vivas, antes. Talvez, porque o pavor fosse imenso, não queriam, aproximar-se dos infectados nem para matá-los. A personagem principal era uma senhora aristocrática que procurava, desesperada-

mente, pela filha (talvez fosse a filha que procurasse a mãe) “desaparecida” em meio ao caos que, então, reinava na cidade.

Lamentavelmente, apesar do esforço, não nos recordamos bem como terminou essa tragédia, mas o que conseguimos recuperar é suficiente para vermos a grande semelhança entre o que foi retratado no filme e o que está acontecendo em quase todo o mundo e, também, aqui no Brasil, onde a situação é dramática e *sui generis*.

Além da histeria, há, ainda, aqui, uma forte motivação ideológica a estimular a paranoia. Essa motivação existe, igualmente, nos países europeus, mas sem os contornos muito peculiares que temos.

No Brasil, as forças políticas de esquerda, embora minoritárias, tornaram-se dominantes durante muitas décadas, porque conseguiram enganar o eleitorado com um discurso moderado e, uma vez no poder, deram sequência à infiltração de seus militantes em várias instituições fundamentais do País, começada, ainda, nos governos, ditos, militares, em um processo conhecido como “aparelhamento do Estado”, que, associado a um programa institucional de corrupção dos integrantes dos poderes Legislativo e Judiciário, permitiu-lhes levar adiante um ambicioso plano de implantação de uma ditadura comunista.

Para tanto, arruinaram a economia brasileira (muitos pensam que foi por incompetência, mas, verdadeiramente, foi intencional), para atribuir a responsabilidade da crise ao capitalismo e, em seguida, apresentar o socialismo como a única solução possível para a crise que eles haviam criado. Paralelamente a isso,

começaram, progressivamente, mediante a corrupção dos outros poderes, a implantar o regime ditatorial.

O esquema parecia infalível, mas a operação Lava-a-Jato (mais conhecida como Lava-Jato) abalou-lhes a estrutura, cuidadosamente montada, ao mesmo tempo em que houve uma mudança na percepção do eleitorado, que compreendeu o que estava acontecendo e tomou as ruas, em protestos contra os governos de esquerda e as instituições infiltradas. Por pressão popular, houve o *impeachment* da Presidente Dilma Vana Rousseff e, finalmente, o então Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro foi eleito Presidente da República. O castelo de cartas, que eles haviam construído e parecia tão sólido, desmoronou. Para usar-se uma expressão bem popular, “a casa caiu”.

O governo do Presidente Bolsonaro começou a difícil tarefa de reconstruir as bases econômicas do País, tendo de enfrentar a oposição deletéria das forças de esquerda destroçadas e de um grupo de congressistas, em sua maioria, corruptos, mas descoordenados e desunidos, o autodenominado Centrão.

O Deputado Federal Rodrigo Maia, que se comporta como uma criança mimada, inconveniente, chata e perigosa, mais para *enfant terrible* do que para *enfant gâté*, já fez muito mal ao Brasil.

Para eleger-se, pela primeira vez, Presidente da Câmara dos Deputados, concorreu contra o candidato do fisiológico Centrão e, para derrotá-lo, negociou com os partidos mais radicais de esquerda, fazendo concessões a seus integrantes e tirando-os do limbo em que se encontravam, depois que o PT fora duramente atingido pela Operação Lava-a-Jato. Uma vez eleito, infernizou a administração do Presidente Temer, dizendo-se a ele leal, mas tudo fazendo para enfraquecê-lo, não o bastante para fazê-lo cair, mas o suficiente para impedir que fizesse as reformas necessárias, que teriam tornado as coisas muito mais fáceis para o Presidente Bolsonaro.

Depois, veio a denúncia do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, cujo caráter falho, confessado por ele mesmo, tornou-se evidente. De forma inteiramente extemporânea, porquanto poderia ter esperado o fim do mandato, denunciou o Presidente para debilitá-lo, inviabilizar as reformas e influir na sucessão. A denúncia somente serviu para torná-lo, definitivamente, refém do Sr. Rodrigo Maia, obrigando-o a gastar todo o prestígio político que lhe restava para sobreviver às tentativas de cassação de seu mandato.

Enfraquecido, o Presidente Temer desistiu de tentar a reeleição. O Deputado Rodrigo Maia, que “não tinha votos nem sequer para eleger-se síndico do prédio em que morava”, como se comentava, burlescamente, dizer, por falta de um mínimo de senso crítico, pretendia ser Presidente da República, mas não se beneficiou dessa desistência, pois também renunciou à candidatura presidencial, para reeleger-se Deputado, muito possivelmente, precisando de contabilizar votos excedentes de candidatos mais sufragados.

Para um segundo mandato como Presidente da Câmara, já na nova legislatura, Rodrigo Maia usou uma manobra digna de Rasputin: conseguiu impor-se como líder do Centrão, cujo candidato derrotara na eleição anterior (Deus sabe o que deve ter oferecido em troca disso) e passou a coordenar toda a oposição ao Governo. A partir daí, vem procurando fazer com o Presidente Bolsonaro, o mesmo que fez com o Presidente Temer. Com a maioria que tem, constituída de deputados corruptos e comunistas, implantou, de fato, um regime parlamentarista inconstitucional, a que chamou de parlamentarismo branco e, com isso, vem impedindo o Presidente de cumprir suas promessas de campanha.

Chantagear! É isso mesmo. Apesar de, quando o General Heleno usou o termo sem meias palavras, Rodrigo Maia ter ficado histérico e tido um “chilique” diante da imprensa, como sempre faz, toda vez que se vê contrariado, é exatamente

como ele age: “ou você nos deixa roubar como vínhamos fazendo, ou não governa”. Simples, assim.

Agora, voltando ao coronavírus, ele está dando aos esquerdistas tudo aquilo que eles queriam e de que precisavam. Tais forças malignas sempre pretendiam implantar um regime ditatorial que controlasse, com mão de ferro, todos os cidadãos, dizendo-lhes o que, quando, como e onde podem ou não podem fazer. Para tanto, precisariam, como já vimos acima, destruir a nossa economia, para apresentarem o socialismo, diga-se, comunismo, como solução milagrosa para todos os males.

Pois estão conseguindo tudo isso. Sem perceber, nós lhes estamos entregando todas essas coisas, sem nenhum cuidado, sob o pretexto de combater o coronavírus e salvar a vida de alguns idosos, que já padecem de outras doenças, e que, possivelmente, viriam a falecer, se contraíssem a infecção.

Em verdade, não estariam salvando as vidas, mas apenas prolongando-as por algum tempo, não, porque todos morreremos algum dia, mas porque as vítimas fatais do vírus, geralmente, já estão com a saúde muito debilitada e poderiam morrer, até mesmo, se contraíssem um simples resfriado comum.

Sentimo-nos muito à vontade para dizê-lo, porque estamos bem avançados no que chamam de “grupo de risco”. Mesmo consciente desse perigo potencial, não aceitamos ser mantidos em cárcere privado, em nossa casa, por ordem do Estado, ou termos nossa “prisão preventiva” decretada, pelo crime daqueles que desviaram os recursos que poderiam ter proporcionado condições hospitalares melhores, e, agora, clamam por essas medidas, sob a alegação de que os leitos em UTI são insuficientes para atender a todos, se a proliferação da doença for rápida demais. Também não aceitamos que nossa idade e nossa fragilidade imunológica sejam usadas como argumento emocionante para justificar ações arbitrárias e extremamente

prejudiciais à recuperação econômica do nosso País, ou que sirvam a interesses ideológicos ou eleitorais.

É mais do que óbvio que gostaríamos que nenhum idoso contaminado pelo coronavírus morresse, mas sabemos que isso não é possível, independentemente, de que providências sejam tomadas. Seria muito bom se alguns médicos, fiéis ao juramento que fizeram, estivessem mais empenhados em desenvolver tratamentos e técnicas para preservar a vida dos doentes graves, em vez de ficarem dando entrevistas à Rede Globo, para dizer que deveríamos aceitar, sem discussão, as imposições dos “especialistas”.

Também não podemos esquecer as muitíssimas pessoas de todas as idades que perecerão vitimadas pela subnutrição e pela deficiência de atendimento médico, decorrentes do agravamento da crise econômica provocada pela irresponsabilidade na administração da epidemia do coronavírus.

Existem incontáveis ações preventivas que poderiam ser adotadas sem que violentassem as nossas liberdades mais caras, nem destruíssem todo o esforço feito até agora, para recuperar nossa economia e nos colocassem em uma situação de falência estatal inevitável.

Eram essas ações que o Presidente Bolsonaro queria, mas não é isso que querem os opositoristas, para quem vale o ditado: “quanto pior, melhor”, desde que desgaste o Presidente.

Como o Brasil não pode parar, para compensar as consequências de decisões de outros agentes, muito mais rigorosas do que o necessário, principalmente, de Governadores de estado e Prefeitos, além de Empresários influenciados pelo que ouvem ou veem, vinte e quatro horas por dia, no Rádio, na Televisão e nos Jornais, o Presidente viu-se obrigado a autorizar gastos que, sem dúvida serão prejudiciais à nossa recuperação econômica.

Rodrigo Maia, procurando travestir-se de bom moço, disse que iria trabalhar para que o pedido de reconhecimento do Estado

de Calamidade Pública fosse aceito, e o Presidente ficasse desobrigado de cumprir as limitações orçamentárias para os gastos, com a epidemia de coronavírus. Os Congressistas aprovarão o correspondente Decreto Legislativo, com muito boa vontade, esperançosos de que estejam dando a corda com a qual o Presidente Bolsonaro se enforcará.

O orçamento deste ano já previa um déficit primário de cento e vinte e quatro bilhões de reais. Esse déficit deve aumentar dramaticamente, e o Governo deve endividar-se, mais ainda, para fechar as contas. Falando-se em contas, no ano que vem, elas continuarão a ser apresentadas, mas o Tesouro somente terá dívidas. Como não se pagam contas com dívidas, teremos de endividar-nos, muito mais, ainda. Mas todas as restrições orçamentárias estarão, novamente, em vigor, e alguns parlamentares tudo farão para que não sejam flexibilizadas, tornando o Brasil difícil, senão impossível, de ser administrado.

E se, pouco depois de controlarmos o coronavírus, inventarem outra epidemia muito mais letal? Como reagiríamos, sem recursos para qualquer medida preventiva? Pediríamos a Deus que resolva o caos que nós mesmos criamos? Nosso verniz civilizatório é muito superficial e qualquer arranhão nele fará aflorar a barbárie encoberta. Talvez, não se chegasse a sepultar as pessoas vivas, mas, quem sabe, esses falsos defensores dos direitos humanos possam, nessas condições extremas, considerar aceitável matá-las antes de enterrá-las, para impedir a proliferação do vírus, principalmente, se a contaminação nos presídios for grande e muitos criminosos começarem a morrer. São insensíveis e adeptos da ditadura por convicção, mas são, justamente, eles que mais vociferam contra a Redentora Revolução de 31 de Março de 1964, que nos brindou com um dos períodos áureos da nossa História, chamando-o, insistentemente, de ditadura militar.

O Presidente da Câmara, que planeja dar mais um “trambique” para reeleger-se, na mesma legislatura, apesar da vedação

constitucional, será o primeiro a atribuir a situação caótica das contas públicas ao Presidente Bolsonaro, vítima da armadilha que ele mesmo, Rodrigo Maia, ajudou a armar.

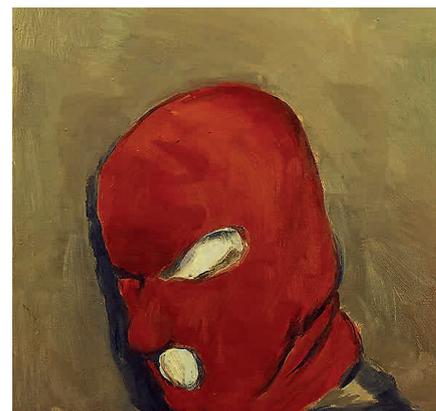
Poucos perceberam, até agora, que o “Rodrigo vírus” Maia é infinitamente mais letal do que qualquer coronavírus anabolizado que encontremos por aí. Ele precisa ser neutralizado, se quisermos voltar à normalidade.

O cenário está todo montado para a volta da esquerda ao poder. Se o Presidente Bolsonaro, por absurdo, não conseguir reeleger-se, não será o bufão Rodrigo Maia, nem nenhum dos candidatos que se dizem de centro ou de centro-direita, mas um esquerdista radical que ocupará a Presidência da República.

Uma vez eleito, o militante encontrará as condições ideais para instalar a dita- dura comunista, ainda que com outro nome: um Estado repressor que controla toda a população, uma economia destruída, pronta para ser substituída pelo “socialismo” e, mais do que isso, um povo que aceita o Estado babá e leviatã, que lhes resolve todos os problemas e, do qual dependem integralmente, como seres escravizados e sem voz em que se transformaram.

Esse cenário tem de ser impedido a qualquer preço, por bem ou por mal. E o será no momento oportuno, não temos dúvida.

Confiamos em que o Presidente Bolsonaro procurará diminuir as consequências econômicas já mencionadas e saberá defender o povo que o elegeu, usando, para tanto, todos os meios de que dispõe ■





Erwin Wurm
Escultura One minute

OS CRISTÃOS DIANTE DOS TOTALITARISMOS

Papa Bento XVI

Homília pronunciada em uma celebração litúrgica na Igreja de São Winfried com os deputados católicos do Parlamento alemão (Leituras do dia: 1Pd 1, 3-7 e Jo 14, 1-6)

Bonn, 26 de novembro de 1981

“Na verdade, a moral consiste justamente em resistir à tentação dos grandes slogans.”

Tanto a primeira leitura quanto o Evangelho que acabamos de ouvir vêm de uma situação em que os cristãos não eram, eles próprios, sujeitos que formavam o Estado, mas eram perseguidos por uma ditadura cruel. Eles não deviam endossar o seu Estado; podiam apenas suportá-lo. Não lhes era consentido, como cristãos, formar o Estado; a eles era pedido, pela Igreja, que vivessem como cristãos apesar do seu Estado.

O nome dos imperadores em cujo governo a tradição costuma localizar cronologicamente ambos os textos já bastam para deixar clara a situação: Nero e Domiciano. Assim sendo, a Primeira Carta de Pedro chama os cristãos de estrangeiros desse Estado (1Pd 1, 1), e a este último de Babilônia (1Pd 5, 13). Com isso, ele mostra de modo impressionante a posição política dos cristãos de então: ela corresponde aproximadamente àquela dos judeus exilados na Babilônia, que não eram sujeitos, mas objetos daquele Estado, e que tinham de aprender, por isso, como conseguir sobreviver nele, mas não como construí-lo. O cenário político das leituras de hoje é, então, fundamentalmente diferente do nosso. Entretanto, elas contêm três importantes afirmações que também são importantes para uma atitude política entre cristãos:

O Estado não constitui a totalidade da existência humana e não abarca toda a esperança humana. O homem e sua

esperança vão além do Estado constituído e da esfera da ação política. Isso vale não apenas para um Estado como a Babilônia, mas para qualquer Estado. O Estado não é o totum: isso alivia os políticos, abrindo-lhes ao mesmo tempo o caminho da política racional. O Estado romano era falso e anticristão justamente por querer ser o totum das possibilidades e vontades humanas. Com isso, pretende ser o que não pode; deturpa e reduz o homem. Através da mentira totalitária, torna-se demoníaco e tirânico. A abolição do totalitarismo estatal desmistifica o Estado, libertando tanto os homens quanto a política e os políticos.

Onde, porém, se desfaz a fé cristã, a fé na esperança maior do homem, ali volta a surgir o mito do Estado divino, uma vez que o homem não consegue renunciar à totalidade da esperança. Mesmo que essas promessas se mostrem como o progresso e sequestram para si tanto o conceito de progresso quanto o de capacidade de progredir, se os olharmos numa perspectiva histórica, todavia, veremos que representam um retrocesso a um momento anterior àquele da novidade cristã, uma inversão na escala da História

E mesmo que elas propaguem como seu objetivo a perfeita libertação do homem, a abolição de toda a forma de opressão, continuam em contradição com a verdade do homem e com a sua liberdade, uma vez que forçam o homem a se limitar àquilo que ele consegue fazer.

Uma política desse tipo, que explica o Reino de Deus como um produto da política e inclui a fé no primado universal da política, é essencialmente política da escravidão: é política mitológica.

A ela a fé contrapõe o senso de proporção da razão cristã, que reconhece o que o homem consegue realmente criar como ordenamento da liberdade e, com isso, resignar-se, pois sabe que aquilo que o homem mais espera se abriga nas mãos de Deus. A recusa da esperança da fé é, ao mesmo tempo, recusa do senso de proporção da razão política. A renúncia à esperança mítica da sociedade livre da opressão não é resignação, mas honestidade que conserva o homem na esperança. A esperança mítica do paraíso autofabricado só consegue impelir o homem ao beco sem saída da angústia – a angústia diante do fracasso de suas promessas e do grande vazio por trás delas e diante do seu próprio poder e crueldade.

Assim sendo, o primeiro serviço da fé cristã à política é que ela liberta o homem da irracionalidade dos mitos e políticos, que são a verdadeira ameaça do nosso tempo. Permanecer na sobriedade que faz o que é possível, e não com o coração em chamas gritando pelo impossível: isso está certamente cada vez mais difícil; a voz da razão não soa tão forte quanto o grito da não-razão. O clamor pela grandiosidade tem um aroma de moralidade; a limitação ao que é possível, em comparação, parece

ser a negação da paixão da moral e o pragmatismo da mesquinha.

Na verdade, porém, a moral política consiste justamente em resistir à tentação dos grandes slogans, sobre os quais a humanidade e suas chances se lançam. Moral não é o moralismo aventureiro, que deseja fazer por si só as coisas de Deus, mas a honestidade que aceita as medidas do homem e nelas faz as obras humanas. Nas coisas políticas, é o compromisso e não a falta de compromisso a verdadeira moral.

Ainda que os cristãos daquele Estado fossem perseguidos, não tinham uma posição fundamentalmente negativa em relação a ele, mas sempre o reconheceram como Estado, procurando, dentro de suas possibilidades, contribuir para a sua construção como tal, sem tentar destruí-lo. Justamente porque tinham consciência de se encontrar na *Babilônia*, valiam para eles as instruções prescritas por Jeremias aos israelitas ali exilados. A carta enviada pelo profeta no capítulo 29 do seu livro, não era de modo algum um manual de instruções para uma resistência política, para a abolição da escravidão, por mais que se possa ter entendido assim; ela é, muito mais, uma instrução para a conservação e o fortalecimento do bem. E, portanto, uma ordem para a sobrevivência e, ao mesmo tempo, para a preparação para um tempo melhor, para algo novo. Nessa medida, essa moral do exílio também contém elementos básicos para um *ethos* político. Jeremias exorta os judeus a não persistirem no protesto e na negação, mas: *“Construí casas e instalai-vos; plantai e comei os seus frutos. Procurai a paz da cidade onde eu vos deportei; rogai por ela a lahweh, porque a sua paz será a vossa paz”*. (Jr 29, 5-7). Muito semelhante é a exortação que lemos na Carta de Paulo a Timóteo, datada pela tradição no tempo de Nero: orar *“por todos os homens, pelos reis e todos os que detêm a autoridade, a fim de que levemos uma vida calma e serena, com toda a piedade e dignidade”*. (1Tm 2, 2). A Primeira Carta de Pedro se encontra na mesma linha, com sua exortação:

“Seja bom o vosso comportamento entre os gentios, para que, mesmo que faleis mal de vós, como se fôsseis malfeitores, vendo as vossas boas obras glorifiquem a Deus no dia da Visitação”. (1Pd 2, 12). *“Honrai a todos, amai os irmãos, temei a Deus, tributai honra ao rei.”* (1Pd 2, 17). *“Ninguém dentre vós queira sofrer como assassino ou ladrão, ou malfeitor ou como delator, mas, se sofre como cristão, não se envergonhe, antes glorifique a Deus por esse nome”*. (1Pd 4, 15s).

O que significa isso? Os cristãos não eram, de forma alguma, pessoas medrosas que se submetiam fielmente às autoridades, sem nenhuma noção da existência de um direito de resistência ou de uma obrigação de resistência da consciência. A última frase mostra justamente que eles reconhecem os limites do Estado, e só não se curvavam a ele onde não deviam se curvar, ou seja, quando o Estado se colocava contra a vontade de Deus. Muito mais importante permanece o fato de que eles, todavia, não tenham procurado destruir esse Estado, mas construí-lo. A ausência de moral é combatida pela moralidade, o mal pela decisiva perseverança no bem, e não de outra forma. A moralidade – fazer o bem – é a verdadeira resistência, e somente o bem pode ser a preparação para a reviravolta em direção a uma realidade melhor. Não há uma dupla moral política: uma moral da resistência e uma moral da opressão. Há apenas uma: a moral como tal, a moral dos mandamentos divinos, que não podem sequer ser provisoriamente suspensos para acelerar o processo de transformação da realidade. A construção só pode acontecer pelo processo construtivo e não pela destruição – essa é a ética e política da Bíblia, de Jeremias a Pedro e Paulo. O cristão é sempre um apoiador do Estado no sentido de que ele realiza o positivo, o bem, que o Estado, por sua vez, deve procurar conservar. Ele não teme, com isso, encobrir o poder do mal, mas está convencido de que somente o fortalecimento do bem pode desestruturar o mal, somente ele é capaz de reduzir o poder do mal – o poder dos

maus. Quem aceita a morte de inocentes e a destruição da propriedade alheia não pode invocar a fé – a palavra de Pedro se coloca totalmente contra isso: *“Ninguém dentre vós queira sofrer como assassino ou ladrão, ou malfeitor”*. (1Pd 4, 15); também naquele tempo isso é afirmado contra essa forma de resistência. A verdadeira resistência, a resistência cristã por ele ansiada, acontece apenas e tão-somente quando o Estado exige a renúncia a Deus e Seus mandamentos, quando exige o mal, diante do qual o bem permanece sempre necessário.

Uma última consequência surge a partir daí. A fé cristã destruiu o mito do Estado divino, o mito do Estado paradisíaco e da sociedade sem governo. Ela colocou em seu lugar o realismo da razão. Isso não significa, porém, que tenha forjado uma objetividade sem valores, a objetividade da estatística e da mera ciência social. A humanidade é parte integrante de um autêntico realismo em relação à condição humana, e Deus está presente na humanidade. A moral é parte integrante da autêntica racionalidade humana, aquela moral que se nutre dos mandamentos de Deus. Essa moral não é um assunto privado, mas tem um sentido público. Sem o bem do bem-estar e do bom comportamento não pode haver uma boa política. O que a Igreja perseguida prescreve aos cristãos como núcleo de seu *ethos* político deve ser também o núcleo de uma ativa política cristã: somente quando o bem é praticado e reconhecido como tal pode prosperar também uma boa vida em comum entre os homens. Fazer valer também publicamente o valor da moralidade e o valor dos mandamentos de Deus: esse tem de ser o centro da ação política responsável.

Se agirmos assim poderemos, também, em meio às confusões perturbadoras dos tempos, compreender as leituras bíblicas de hoje como uma comunicação pessoal e uma promessa fidedigna: *“Não se perturbe o vosso coração”*. (Jo 14, 1). *“Fostes guardados pelo poder de Deus para a salvação, mediante a fé.”* (1Pd 1, 5). Amém ■



Gerhard Richter
Firenze

José Antônio Oliveira de Resende

Professor de Prática de Ensino de Língua Portuguesa
do Departamento de Letras, Artes e Cultura da Universidade
Federal de São João Del-Rei

O TEMPO PASSOU E ME FORMEI EM SOLIDÃO

Sou do tempo em que ainda se faziam visitas. Lembro-me de minha mãe mandando a gente caprichar no banho, porque a família toda iria visitar algum conhecido.

Íamos todos juntos, família grande, todo mundo a pé. Geralmente à noite.

Ninguém avisava nada, o costume era chegar de paraquedas mesmo. E os donos da casa recebiam alegres a visita.

Aos poucos os moradores iam se apresentando, um a um.

– *Olha o compadre aqui, garoto! Cumprimente a comadre.*

E o garoto apertava a mão do meu pai, da minha mãe, a minha mão e a mão dos meus irmãos. Ai chegava outro menino. Repetia-se toda a diplomacia.

– *Mas vamos nos assentar, gente. Que surpresa agradável!*

A conversa rolava solta na sala. Meu pai conversando com o compadre e minha mãe de papo com a comadre. Eu e meus irmãos ficávamos assentados todos num mesmo sofá, entreolhando-nos e olhando a casa do tal compadre. Retratos na parede, duas imagens

de santos numa cantoneira, flores na mesinha de centro... Coisa singela e acolhedora.

A nossa também era assim.

Também eram assim as visitas, singelas e acolhedoras. Tão acolhedoras que era também costume servir um bom café aos visitantes. Como um anjo benfazejo, surgia alguém lá da cozinha – geralmente uma das filhas – e dizia: – *Gente, vem aqui pra dentro que o café está na mesa.*

Tratava-se de uma metonímia gastronômica. O café era apenas uma parte: pães, bolo, broas, queijo fresco, manteiga, biscoitos, leite... Tudo sobre a mesa.

Juntava todo mundo e as piadas pipocavam. As gargalhadas também.

Pra que televisão? Pra que rua? Pra que droga? A vida estava ali, no riso, no café, na conversa, no abraço, na esperança... Era a vida respingando eternidade nos momentos que acabam. ...Era a vida transbordando simplicidade, alegria e amizade...

Quando saíamos, os donos da casa ficavam à porta até que virássemos a esquina. Ainda nos acenávamos. E voltávamos para

casa, caminhada muitas vezes longa, sem carro, mas com o coração aquecido pela ternura e pela acolhida.

Era assim também lá em casa. Recebíamos as visitas com o coração em festa... A mesma alegria se repetia. Quando iam embora, também ficávamos, a família toda, à porta. Olhávamos, olhávamos... até que sumissem no horizonte da noite.

O tempo passou e me formei em solidão.

Tive bons professores: televisão, vídeo, DVD, internet, e-mail, Whatsapp... Cada um na sua e ninguém na de ninguém. Não se recebe mais em casa. Agora a gente combina encontros com os amigos fora de casa: – *Vamos marcar uma saída!*... Ninguém quer entrar mais.

Assim, as casas vão se transformando em túmulos sem epitáfios, que escondem mortos anônimos e possibilidades enterradas. Cemitério urbano, onde perambulam zumbis e fantasmas mais assustados que assustadores.

Casas trancadas... Pra que abrir? O ladrão pode entrar e roubar a lembrança do café, dos pães, do bolo, das broas, do queijo fresco, da manteiga, dos biscoitos de leite... ■

GOLPE PLANEJADO PARA



Michael Borremans
Ansaldo - 2013

1º DE MAIO DE 1964

Gustavo Borges

Cel Av

Pioneiro do Ministério da Aeronáutica e sócio-fundador do CAER

Qualquer análise rudimentar do comportamento do PCB (Partido Comunista Brasileiro), após a renúncia de Jânio Quadros, levaria à conclusão de que os comunistas haveriam de tentar nova tomada do poder, repetindo – com correções – a *intentona* de 35. Era o óbvio ululante (com licença de Nelson Rodrigues). A chusma de sindicalistas e de comunistas rodeando Jango (João Goulart), desde as primeiras horas de sua posse, foi o primeiro sintoma.

Em 7 de janeiro de 1962, Brizola chegou a Santa Maria (RS) para participar de uma convenção da FARSUL. Relata o Gen Mourão, em seu *Diário*: “*A convenção seria perturbada pelos estudantes e comunistas (...) O movimento dos ‘sem terra’ era articulado por Brizola e o Coronel Prado era o executivo dele na tarefa de reunir os invasores e acampá-los em frente às estâncias*”. (...)

Então, não eram simples ocorrências, mas, ao contrário, um grande plano articulado e em marcha para subverter a ordem no estado do Rio Grande do Sul. No estado? Não, era claríssimo que aquilo seria o plano piloto para ser executado em todo o Brasil. Acordei, eis o termo, e fiquei horrorizado com o que acabava de constatar...

Do protocolo da visita ao Brizola, que resolvera ir a Santa Maria para furtar a reunião e dirigi-la em seu proveito, fazia parte um jantar íntimo na casa do Gen Osvino. Este jantar íntimo seria exclusivo para Brizola, Osvino e eu, comandante da 3ª DI. Era verão e às seis horas o sol estava alto. Fazia calor. A casa do Osvino é muito agradável e ficamos no jardim interno, ao lado da parreira que estava carregada de cachos, conversando. Aí foi que percebi

que os dois me supunham pertencer ao lado político deles!

Abriam o papo e deixaram que eu visse todo o plano em suas grandes linhas, a saber: constitucional, legítimo. O pelego sempre pensa em seguir o carneiro de Panurgo* e não ideias. Fiquei estarecido, assombrado e atemorizado. Falaram francamente em obter as reformas e o plebiscito na marra, se preciso!

Retirei-me da mesa e fui para casa dormir, absolutamente disposto a começar uma contraconspiração para impedir que uns loucos furiosos transformassem este país numa fogueira. Eu ia dormir, mas estava acordado desde aquele momento.

Não parei mais de trabalhar contra eles. Não recuarei. *Eles me terão pela frente*. Essa foi a primeira informação, na minha lembrança (7 de janeiro de 1962), de já estarem os vetores 1 e 2 decididos a dar um golpe para implantar nova ditadura no Brasil. A partir daí os sintomas se foram avolumando e a oficialidade – o vetor 4 – foi *acordando*, como diz Mourão. Ele previne o ministro Segadas Viana, mas este não acreditava: “*as Forças Armadas não aceitam a volta do parlamentarismo, ao presidencialismo*”.

A progressão da conspiração vetores 1 e 2 estava diariamente nos jornais: Revolta dos Sargentos, em Brasília (1963); transferência de Mourão para São Paulo e, a seguir, para Juiz de Fora; nomeação de comunistas e simpatizantes para comandos importantes. Em seu *Diário*, Mourão passa a narrar sua versão sobre as conspirações, paralelamente à consolidação de sua crença ominosa no *golpe comunista*.

Entretanto Mourão enfatiza suas profecias: “*Em São Paulo, encontrou o General Perl Bevilacqua, temperamento às*

vezes incoerente, porém, energeticamente contra as badernas promovidas pelos CGT, PUA e assemelhados”.

Segundo Mourão, em outubro de 1962, Krueel planejou minuciosamente um golpe de estado e o fechamento do Congresso caso este não aprovasse o plebiscito restituindo todos os poderes a Jango. Deve ter tido arrependimento. Mourão deu andamento à sua conspiração. Poucos meses após, por denúncia do Gen Zerbini (comuna), é novamente transferido, agora para Juiz de Fora, região militar considerada (burrantemente, por A. Brasil) como inofensiva.

Em 9 de julho de 1963, narra Mourão, em solenidade na Assembleia Legislativa de São Paulo, o Dr. Waldemar Ferreira, ex-secretário de Justiça brada: “*Esta solenidade é um grito de alerta a toda a nação, no momento em que se prepara um movimento comunista chefiado do Palácio da Alvorada pelo próprio Presidente da República!*”.

Para enganar Zerbini, presente ao ato, e a corte de Brasília, Mourão fingiu indignação, retirou-se em protesto e, no dia seguinte, já recomeçava a conspirar. Certamente era leitor atento de Sun-Tzu e de Maquiavel.

Confirmada estava, como pública e notória, a intenção de Jango e do PCB de dar o golpe em 64. Só faltava a data. E essa a *Inteligência* da SSP-GB levantou. Porém, o Cel Restell, em São Paulo (às da informação militar) e outros companheiros de Castello, certamente conseguiram os mesmos dados, pois quando tentei informá-los, não demonstraram qualquer surpresa nem incredulidade.

Mourão assumiu a 4ª Região Militar e a 4ª DI, em 23 de agosto de 1963 e, já

em 3 de setembro, buscava contato com Guedes em Belo Horizonte.

Os ventos prenunciadores do golpe JG/LCP vinham também de outras direções. Élio Gáspari, em seu livro *A Ditadura Envergonhada* relata: “*Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no Dispositivo Militar e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e mudança das regras do jogo na sucessão presidencial*”.

Essa opinião de Gáspari é apoiada em relatos de Alberto Dines e outros (esquerdinhas). Prossegue Gáspari: “*Na segunda semana de março (64), depois de uma rodada de reuniões no Rio de Janeiro, Arraes teria deixado escapar: ‘volto certo de que um golpe virá. De lá ou de cá, ainda não sei’.*”

Gáspari só não diz um complemento da verdade: a rebelião dos militares seria, portanto, uma precoce repulsão ao golpe comunista. Ou *ação preemptiva*, em linguagem mais militar. Brizola, nas reuniões dos Grupos dos Onze, deixara escapar sua confiança no *golpe de Jango* (Paulo Schilling e Jacob Gorender).

O PCBão montara o *Setor MIL*, dirigido por dois membros da Comissão Executiva do Partido. No seu contumaz delírio de grandeza, julgaram contar com 100 oficiais, dos quais entre 20 e 30 seriam de escalão superior. Falso. Estavam com várias centenas de ideologicamente contaminados, mas com menos de 50 dispostos a ação militar para implantar uma ditadura.

Reinava entre eles uma divisão irreconciliável – deveria o golpe entronizar João Goulart e seus sindicalistas no poder e, anos mais tarde, quando ampliados os *quadros vermelhos*, fuzilá-los todos no estilo Stalin? Ou deveria o golpe, sem rebuços, implantar imediatamente feroz ditadura comunista, no estilo Lênin?

Stalin ordena, em 1945, à Internacional Comunista que desate revoluções por todo o mundo para salvá-lo do fascismo e romper o bloqueio econômico da Europa. Seriam apoiadas pela URSS na liquidação

definitiva do capitalismo da face do planeta. Como Vietnã do Norte (45); China (49), Coreia do Norte (49), Polônia, Hungria, Tchecoslováquia etc.

Tudo isso e muito mais é narrado em detalhes por Luís Mir, em *A Revolução Impossível*, verdadeiro tratado histórico sobre a preparação do golpe JG/LCP, de 1964 a 1983. Esse livro, resultado de monumental pesquisa, tornaria a *chover no molhado* qualquer esforço do autor deste, no sentido de comprovar, comprovar e comprovar a preparação do golpe *comuno-janguista* em marcha em 1963/1964.

Destaco ainda outras citações, como a do secretário parlamentar do Comitê Central do PCB, o deputado federal Marco Antônio Tavares Coelho, que avisa a Prestes que os preparativos de um golpe do presidente e de seu cunhado (Brizola) estavam em andamento: “*Os objetivos do Jango são claros. Conseguir maiores poderes para o grupo dele e realizar certas reformas. Esse golpe que o presidente quer dar devemos ser a favor? A nossa tática prende-se ainda a esgotar as possibilidades legais e parlamentares*”.

O secretário-geral do PCB ordena que os oficiais comunistas levantem dados, acompanhem movimentos, “*analisem a situação real dentro dos quartéis (...)*”. Nas páginas de 80 a 87, MIR relata magistralmente as disputas e os entrecosques de ambição de Goulart, Brizola e Prestes, o golpe de esquerda do qual Brizola era o principal executor e ele (JG) o principal beneficiário e que na reta final o poder seria ocupado solitariamente pelo Fidel Castro Tupiniquim.

Samuel Wainer, em momento de lucidez ou rara honestidade escreve, em *Minha Razão de Viver*: “*Definitivamente, não foi fácil manter a cabeça fria na era Goulart, e poucos conseguiram resistir aos ventos da radicalização. Mesmo homens como Darci Ribeiro – uma figura extremamente agradável, sensível, inteligente – acabavam sucumbindo ao clima da época*”.

A certa altura, Darci passou a conversar comigo como se fosse o chefe

de alguma facção do PTB no interior de Minas Gerais. Militares como o General Osvino Ferreira Alves procuravam-me para sugerir que a ‘Última Hora’ cobrasse do governo a execução de reformas profundas, drásticas.

Fui ficando progressivamente isolado por não concordar com a histeria esquerdista. Percebi, num dado momento, que os círculos mais ligados ao governo tramavam o golpe. Como me opunha frontalmente à ideia do golpe ao contrário do que afirmam historiadores, como Thomas Skidmore, que sempre se basearam em fontes lacerdistas, meu isolamento se acentuou...

A força dos grupos radicais no interior do governo tornou-se tão ajuda que passou a influenciar a própria linha da ‘Última Hora’, levando o jornal a defender teses que não eram as minhas. Nos bastidores eu fazia o possível para evitar que Jango fosse longe demais, mas não convinha transformar o jornal em porta-voz das minhas próprias ideias, uma vez que ele se incorpora ao esquema de sustentação do governo. Assim, houve momentos em que a ‘Última Hora’ pareceu favorável à execução de reformas perigosamente ousadas ou até mesmo à consumação de um golpe de esquerda. Eu não podia atacar o comportamento de Goulart e seus aliados ou supostos aliados no meu jornal (...)

Duas ou três horas mais tarde, quando eu já o julgava na capital, Jango ligou-me, pedindo que voltasse ao seu apartamento. Ao entrar numa sala, notei que por outra porta saíam Luís Carlos Prestes e seu séquito. Há tempos eu vinha ouvindo falar que Prestes e Jango haviam estreitado suas ligações, e aquela cena parecia confirmar tais rumores. Jango cumprimentou-me e foi direto ao assunto. Disse que recebera tanto de Arraes quanto de Brizola garantias de que não fariam discursos provocativos. Portanto, faltavam motivos para vetar a presença de ambos no comício (sexta-feira, 13). Além disso, Prestes lhe assegurara que o Partido Comunista se encarregaria de controlar a massa, evitando palavras de ordem extremistas. Para o presidente,

assim, nada havia a temer (provavelmente poucos dias antes de 13 de março de 64).

Já na tarde daquele dia 13 (março, 64) ficara evidente para mim a manifestação artificial, forjada com métodos degradantes para quem tivesse alguma consciência política. Vi com meus próprios olhos o presidente da República, pelo telefone, baixando ordens para que empresas dependentes do governo contribuíssem de alguma forma para o êxito do evento, ou financiando o esquema de transporte ou praticamente obrigando seus funcionários a comparecerem à praça diante do Ministério da Guerra, onde se montaria o palanque. Da mesma forma, o governo mobilizou a máquina administrativa para que a manifestação atraísse uma multidão impressionante utilizando, por exemplo, a paralisação de trens da Central do Brasil na hora do rush. Percebi que se articulava um espetáculo fantasioso, mas nada podia fazer. (...)

Jango tinha a seu lado alguns generais e muitos sargentos, mas lhe faltava o apoio de coronéis, majores, capitães e tenentes - e sem a simpatia desses oficiais, não é possível a um presidente imaginar-se forte nos quartéis. Sem eles, sargentos não têm maior importância.

Ao saber que Jango compareceria a esse almoço (engano de Wainer, foi um comício no Automóvel Clube, ocorrido às 22h), na verdade um comício esquerdista, procurei-o para implorar-lhe, este é o termo, que voltasse atrás. Tancredo Neves, aliás, foi ainda mais veemente, suplicando ao presidente que evitasse aquele desafio tão arriscado e desnecessário. Inútil. Àquela altura, Jango certamente já fora envolvido pelos golpistas e perdera o controle da situação.

“O naufrágio estava próximo. (...)” (p. 248 a 251)

Sem se desencorajar com a derrota dos sargentos, em Brasília, mas estimulado por Jango, programou o PCB a tomada do poder absoluto para 1º de maio de 1964 (Dia do Trabalho) e confiou burramente no dispositivo do Gen Argemiro de Assis

Brasil, chefe da Casa Militar de Jango. Explode 31 de Março.

Desta vez não houve tempo para saques, atrocidades e crueldades pois as FA aplicariam com máxima eficiência o princípio da surpresa, como é narrado nas páginas da quinta e sexta partes.

Salomão Molina, último secretário-geral do PCB escreveu em *O Último Secretário*: “Setores do partido, com o apoio de Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe em 1964 (...)”. Anita Leocádia, filha de Prestes e historiadora, desmente, em virtude de seu pai, naquela oportunidade, ter sido defensor da legalidade. Quer dizer que, em outras oportunidades...

Através de escuta (araponga) instalada em um escritório do PCB, no Edifício Avenida Central, ouvi muitos detalhes dos planos de Prestes, Hércules Correa (Sindicato dos Têxteis) e outros energúmenos sicários de Moscou. Fiquei sabendo dos preparativos do comício de sexta-feira 13, senhas e paralisação das estradas de ferro. Os agentes da GB chegaram a penetrar no aparelho e fotografar documentos, tudo confirmando os indícios do golpe previsto para 1º de maio!

A Contrarrevolução de 64 foi uma ação preventiva. Não obstante, de certa forma, foi a QUARTA DERROTA dos comunistas.



Dado importante no planejamento do 1º de Maio Vermelho – surgindo qualquer resistência dos anticomunistas a União Soviética e Cuba acorreriam com dinheiro, armas e tropas (já citado). Essas duas

ditaduras já deviam estar com seus planos de apoio prontos para 1º de maio, razão de Jango ter preparado vários comícios para o mês de abril, mas nenhum para maio!

Tudo isso somado às informações de dentro do PCB (CENIMAR e DOPS) me levou à convicção de que o golpe, vetores 1 e 2 estavam programados para 1º de maio de 1964. Esta foi a informação que sigilosamente distribuí, desde Lacerda ao Alte Silvio Heck, ao Brig Grüm Moss e ao Gen Moniz de Aragão, além dos coronéis, tenentes-coronéis e majores conspiradores que me honraram com seus convites para participar dos preparativos para abortar o golpe comunista.

Em retrospecto, ocorreria aquele golpe nos primeiros dias de abril de 64? Não creio. As agitações preliminares, sargentos (63), sexta-feira (13 de março), Automóvel Clube (30 de março) foram planejados como criadores do clima. Atordoados ou perplexos ficaram os dois vetores com o acontecimento da greve dos marinheiros, cuja evolução saiu do controle do PCBão e obrigou Jango a medidas atabalhoadas e politicamente desastrosas: retirada da Polícia do Exército, tolerância à adesão dos fuzileiros, troca do Ministro da Marinha, tolerância à passeata com o Alte Aragão nos ombros, prisão seguida de anistia em duas horas dos amotinados etc. Apesar disso, creio, iria JG fingir estar *tudo bem*, continuar a pregação demagógica e só desencadear o golpe no emblemático dia 1º de maio de 1964, assim propiciando prazo necessário ao auxílio cubano/soviético.

Denys, Mourão e Guedes, porém, souberam avaliar o clima de revolta nas Forças Armadas e na classe média, pelas cenas televisadas entre 13 e 30 de março. Não disparassem em 31 de março, os ânimos talvez arrefecessem até 1º de maio. Aí já seria tarde demais. Os soviéticos estariam desembarcando no Rio de Janeiro, em Santos (SP) e atacando Lacerda e Adhemar; e o Exército atônito com as ordens dos *Generais do Povo* para recebê-los com tapetes... Vermelhos ■

A “MALDIÇÃO” DA ESTREIA

Antonio Carlos Secchin
Acadêmico



Franz West
Tate modern

Costumamos imaginar dois tipos de avaliação de um autor experiente quanto a seu livro de estreia: endosso ou rejeição. Mas, entre os dois extremos, a gama de reações parece infindável, como veremos a seguir, acompanhando as estratégias de afamados escritores brasileiros do século XX frente às suas primeiras obras, no campo da poesia.

Na ponta do endosso, um nome que avulta é o de Manuel Bandeira. Lançou *A cinza das horas* em 1917 (contava, então, com 31 anos) e até o fim da vida não cessou de reeditar o volume, ainda que ele próprio já houvesse substituído a dicção parnasiano-simbolista da obra inicial pela linguagem modernista, soberana a partir de *Libertinagem* (1930).

Na ponta do “não” radical, Cecília Meireles, publicou aos 18 anos (em 1919) o opúsculo *Espectros*, de fatura neoparnasiana. Não contente em jamais reeditá-lo, chegou ao ponto de sequer permitir que o livro fosse arrolado em sua bibliografia. Em decorrência, *Espectros* tornou-se um dos mais fantasmagóricos mistérios das letras brasileiras: durante mais de 80 anos chegou-se inclusive a conjecturar que não restara sequer um exemplar para contar a (pré-)história ceciliana. Finalmente localizado no início do século XXI, foi incorporado à *Poesia completa* da escritora, na edição comemorativa de seu centenário de nascimento.

Guimarães Rosa tampouco pensou em endossar suas primícias poéticas – que representaram, aliás, no conjunto do autor, uma solitária incursão ao gênero. Bem antes de consagrar-se como notável ficcionista, a partir de *Sagarana* (1946), Rosa obtivera com *Magma*, em 1936, o primeiro lugar em concurso de poesia promovido pela Academia Brasileira de Letras. Somente em 1997, trinta anos após a morte do escritor, foi publicado o volume, que em quase nada lhe prenuncia o talento.

Vinicius de Moraes renegou na íntegra *O caminho para a distância* (1933), fazendo constar, num adendo a bibliografias posteriores, que a edição fora “recolhida pelo autor”. Publicada quando Vinicius contava 20 anos, tributária do influxo da poesia de Augusto

Frederico Schmidt e do pensamento católico, a obra estampa uma visão atormentada e culposa do desejo, bem diversa daquela que o poeta em breve iria abraçar.

Já no extenso arco das estreias rejeitadas, *ma non troppo*, figura *Há uma gota de sangue em cada poema* (1917), de Mário de Andrade, sob pseudônimo de Mário Sobral. O poeta afirmava que escritor algum deveria publicar antes dos 25, mas, no fim (ou no início) das contas, acabou desprezando a regra que ele mesmo criara, pois aos 24 anos editou a plaquete. É verdade que excluiu o volume de suas *Poesias* (1941), mas o preservou por inteiro em *Obra imatura* – no caso, o adjetivo “imatura” parece sinalizar quase um pedido prévio de complacência ao distinto público.

Cassiano Ricardo opera em sentido diverso: aparentou preservar o pioneiro *Dentro da noite* (1915), publicado aos 20 anos, nas *Poesias completas* de 1957, mas o descaracterizou de tal modo que, dos quarenta e três textos originais, apenas cinco reapareceram – ainda assim, com várias (não explicitadas) alterações. Como se não bastasse, enxertou, em 1957, dois poemas inexistentes na versão de 1915, dando a entender que houvessem desde sempre integrado o primeiro livro. Nesse particular, Cassiano foi o mais camaleônico de nossos modernistas, sem pudor de reinventar continuamente o próprio passado, e considerando-se desobrigado de dar notícia das transformações (muitas vezes radicais) que efetuava em obras pregressas, tornando-as *a posteriori* mais “modernas” do que efetivamente haviam sido. Assim, um poema discursivo, originalmente em 50 versos, intitulado, em 1947, “A inútil serenata”, ressurgiu em 1957, renomeado, sem aviso prévio, de “Serenata sintética”, e reduzido à concisão exemplar de seis escassos versos: “Lua/morta/rua/torta/tua/porta”.

Com Murilo Mendes ocorreu fenômeno curioso: não renegou o primeiro, e sim o segundo livro, *História do Brasil* (1932), por julgá-lo limitado demais ao compromisso para com o filão de poesia satírica e humorística do Modernismo de 22. Na “Advertência” a suas *Poesias*

(1959), assim justificou a eliminação dessa obra e o grande número de alterações impostas à versão original de outros livros: “para esta edição revi inteiramente todos os textos, tendo também suprimido vários poemas que me pareceram supérfluos ou repetidos. Procurei obter um texto mais apurado, de acordo com a minha atual concepção da arte literária. Não sou meu sobrevivente, e sim meu contemporâneo”. Agiu, portanto, conforme outros agiram, no sentido de uma modernização estilística, tendo, porém, o zelo de tornar pública a intervenção renovadora.

João Cabral de Melo Neto oscilou bastante nos procedimentos de inserção dos poemas de *Pedra do sono* no conjunto da sua obra. O autor, que contava 22 anos quando o livro veio a lume (1942), sempre o considerou o mais frágil de sua produção, pela ostensiva presença de um veio surrealista, em pouco tempo eliminado (e execrado) pelo poeta. Ainda assim, os *Poemas reunidos*, de 1954, abrigam 24 dos 29 textos primitivos, destituídos dos respectivos títulos, e identificados em sequência de algarismos romanos. As *Poesias completas*, de 1968, reduziram a 20 poemas o espólio do livro, devolvendo-lhes os nomes e alocando-os no fim do volume. *Serial e antes*, de 1997, derradeira manifestação do autor sobre a questão, reconstituiu a integralidade de *Pedra do sono*.

Se muitos poetas abandonaram o primeiro livro, houve um que jamais conseguiu dele sair: Raul Bopp. Com efeito, mesmo que tenha publicado alguns (poucos) títulos poéticos posteriores, Bopp persistiu inelutavelmente atrelado à *Cobra Norato*, de 1928, quando passou a fornecer sucessivas edições com retoques, nem sempre felizes. Na contramão da maioria dos escritores, instalou-se para sempre no corpo de sua obra inaugural.

Como a regra, porém, é o repúdio ou a restrição, em menor ou maior intensidade, ao “livro de estreia”, poderíamos, não sem ironia, sugerir aos jovens poetas que iniciem a carreira pelo segundo livro. Mas, se nos lembrarmos do exemplo de Murilo Mendes, o mais seguro, mesmo, é começá-la pelo terceiro ■

A GENTE SÓ
SABE O QUE JÁ
SENTIU



A verdade é que a gente só sabe o que já sentiu. A gente pensa que sabe o que sente.

Ninguém sabe o que ainda não sentiu. Nem o que está sentindo. A gente pode intuir, perceber, atinar; pode, até conhecer. Mas saber jamais. Só se sabe aquilo que já se sentiu. Durante um sentimento é muito difícil saber o que é ele exatamente. Só depois.

Não se assuste se não sabe o que está sentindo. Há sentimentos novos. São raros. Mas existem. Porque somos novos a cada sentimento: mudamos, alteramo-nos, transformamo-nos. Por que saber? Simplesmente sentir já não chega?

Aquele sentimento que nos desafia a definição, a percepção, é sempre um sentimento verdadeiro, porque novo e, como tal, não sabido por nós. Somos seres capazes de não saber a cada passo. Há sempre um não saber em cada descoberta. Há sempre um novo em tudo o que fazemos. E como o novo assusta a gente; por defesa, rotula o sentimento, usando a analogia a situações anteriores para defini-lo ou enquadrá-lo. Um erro!

Em verdade a gente só sabe o que já sentiu. Só sabe o que é fome quem já sentiu; só sabe o que é raiva quem já a teve. Só sabe o que é inveja quem já a identificou, a sorradeira. Só sabe o que é ciúme quem já o sentiu, o calhorda.

Digo isso e insisto porque temos a mania caolha de antecipar sentimentos. Somos metidos a saber o que ainda não sentimos.

Você já reparou o quanto as pessoas falam dos outros? Falam de tudo. Da moral, do comportamento, dos sentimentos, das reações, dos medos, das imperfeições, dos erros, das criancices, ranzinzices, chatices, mesmices, grandezas, feitos, espantos. Sobretudo falam do comportamento. E falam porque supõem saber. Mas não sabem. Porque jamais foram capazes de sentir como o outro sente. Se sentissem não falaria.

Só pode falar da dor de perder um filho, um pai que já perdeu, ou a mãe que já sofreu tal amputação de vida. Dou este exemplo porque ele ilustra melhor. As pessoas falam da reação das outras e do comportamento delas quase sempre sem jamais terem sentido o que elas sentiram.

Como saber o que o escárnio fez numa pessoa?

Como descobrir os estragos deixados por pais egoístas, brutos ou super protetores?

Como identificar o desamor deixado pelo *ele tem que aprender sozinho*?

Como é possível ao bonito saber o que dói na feiúra e ao feio saber o que o machuca na beleza?

Como é possível saber exatamente o que é o preconceito de cor para quem nunca o sofreu?

Como desvendar as marcas deixadas por frustrações excessivas?

Como achar as cicatrizes das invejas não canalizadas para o seu lado positivo?

Como saber quem é o outro, na integridade complexa de suas variáveis, sem já ter sentido o que ele sentiu e o fez assim.

Mas sentir o que o outro sente não significa sentir por ele. Isso é masoquismo. Significa perceber o que ele sente e ser suficientemente forte para ajudá-lo exatamente pela capacidade de não se contaminar com o que o machucou. Se a gente se deixar contaminar (fecundar?) pelo sentimento que o outro está sentindo, como terá forças para ajudá-lo?

Só quem já foi capaz de sentir os muitos sentimentos do mundo é capaz de saber algo sobre as outras pessoas e aceitá-las, com tolerância. Sentir os muitos sentimentos do mundo não é ser uma caixa de sofrimentos. Isso é ser infeliz. Sentir os muitos sentimentos do mundo é abrir-se a qualquer forma de sentimento. *Inxaminá-los*, ou seja, analisá-los dentro (*inxaminar* é o reverso de examinar, falei!), deixá-los fluir sem barreiras, sem medos, os maus, os bons,

os pérfidos, os sórdidos, os baixos, os elevados, os mais puros, os melhores, os santos, em suma todos os sentimentos de que somos dotados.

Só quem deixou fluir sem barreiras, medos e defesas todos os próprios sentimentos, pode sabê-los. Mas cuidado. Examine bem esse fluir. Refiro-me a influir, ou seja, fluir para dentro. É erro grave supor que esse fluir deve passar para a vida. Aí a pessoa se esborracha em nome de uma libertação justa. Esse fluir é interno. E *influência*.

O erro é confundir experiência com *inperiência*. *Inperiência* é a aventura interior. Através dela podemos e devemos deixar fluir tudo o que venha à mente ou provenha da fantasia. Mas quem transfere o mundo caótico da *inperiência* em *experiência*, isto é, passa para o todo da sua vida, para a relação com os demais, aquilo que deve ficar apenas no plano interior, porque interior é quem faz essa inversão, acaba tendo uma peripécia de vida pouco sábia e dolorosa.

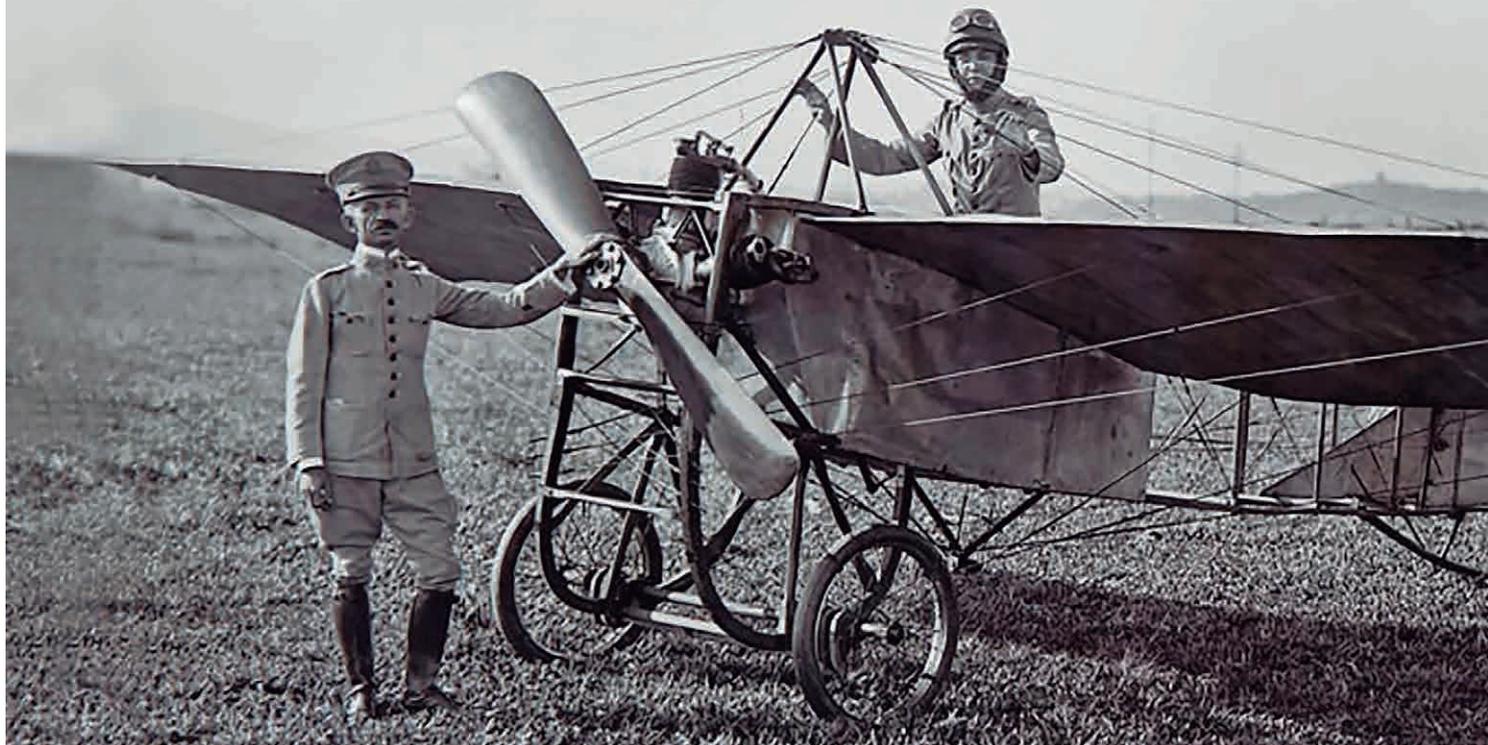
O terrível e o maravilhoso de cada nova geração é ela transformar em *experiência* o que era uma *inperiência*. É passar para a própria vida, em nome de viver, o que é um cortejo de vivências interiores, fantasias, impulsos etc. Para a experiência, ou seja, para a vida cá de fora só devemos deixar passar o que já enfrentou as várias e mutantes alternativas das *inperiências*.

O artigo já vai longe, confuso, rico de palpitações e o tema inicial parece esmaecido. Mas não está: a gente só sabe o que já sentiu.

Qualquer forma de conhecimento fora da experiência vivida, ou seja, da *inperiência* e da experiência em seu troca-troca constante, é teoria, não é vida.

Não se assuste quando não sabe o que sente. Nem se meta a saber o que os outros sentem antes de ter sentido o que eles sentiram. Espere florescer a árvore do próprio sentimento. Vivendo, aceitando as podas da realidade e se possível fecundando ■

PRIMEIROS



Em 19 de julho de 2019, em uma cerimônia no Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), em São José dos Campos, interior paulista, o físico Thyrso Villela Neto, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), recebeu a medalha Mérito Santos-Dumont, concedida a quem tenha prestado serviços relevantes à Aeronáutica. Era uma homenagem póstuma a seu bisavô, Marcos Evangelista da Costa Villela Júnior (1875-1965), o primeiro general aviador do Exército e o primeiro militar a chegar ao posto de brigadeiro da Aeronáutica. Inicialmente autofinanciado e depois com o apoio do Exército, Villela Júnior construiu dois aviões, o Aribu, que voou em 1917, e o Alagoas, em 1918.



“Foram os primeiros aviões militares construídos no Brasil”, afirma o Tenente da reserva e historiador Mauro Vicente

Sales, professor da rede municipal e estadual do Rio de Janeiro. Os dois aparelhos mostraram a viabilidade da construção de aeronaves no Brasil e fortaleceram a ideia de criação da Aeronáutica, formalmente estabelecida em 1941.

Nascido em uma vila do município alagoano de Pão de Açúcar, atualmente com cerca de 25 mil moradores, o então Tenente Villela gostava de montar aviões franceses na Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra do Exército, no bairro do Realengo, no Rio de Janeiro. Não era o único empolgado com as façanhas do mineiro Alberto Santos-Dumont (1873-1932), que construiu seus próprios aviões em Paris.

Em 1910, em Osasco, então um bairro da capital paulista, voou o São Paulo, projetado e construído pelo industrial espanhol naturalizado brasileiro Dimitri Sensaud de Lavaud (1882-1947) e pelo mecânico italiano Lourenço de Pellegatti (1891-1976), com base no aeroplano francês Blériot, com um motor também francês. Em 1914, o paulista Eduardo

Pacheco Chaves (1887-1975), em um avião Blériot, fez em seis horas e meia o primeiro voo sem escalas entre as cidades de São Paulo e Rio. Foram iniciativas isoladas e independentes, diferentemente da do militar Villela Júnior.

Em 1912, o tenente apresentou o projeto de seu próprio avião ao ministro da Guerra, Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva (1852-1924), em busca de apoio financeiro. Não conseguiu – tampouco desistiu. Hipotecou a casa e começou a testar madeiras nacionais para fazer hélices em um terreno do Realengo. Em uma fábrica de Sapopemba, atual bairro de Deodoro, desenvolveu um tecido de algodão resistente para cobrir a fuselagem; o verniz que cobria o avião também foi uma fórmula dele. “*Ele próprio fazia tudo*”, conta o bisneto Villela Neto. Em seus primeiros trabalhos nessa área, ele reconstruiu um avião Blériot e instalou uma hélice que havia construído em um avião da Marinha usado em levantamentos fotográficos.

Sob o título “Um oficial brasileiro intro-

VOOS

Edição 284 da Pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)



Aribu antes da decolagem.
À esquerda, Marcos Villela Júnior;
sentado no avião, Raul Vieira de Mello

Foto: Gerson Pinto da Silva Souto - Arquivo pessoal de Denizar Villela/Thyrso Villela Neto

Em novembro de 1918 voou com sucesso o aparelho Alagoas projetado e construído pelo Tenente Marcos Villela Júnior

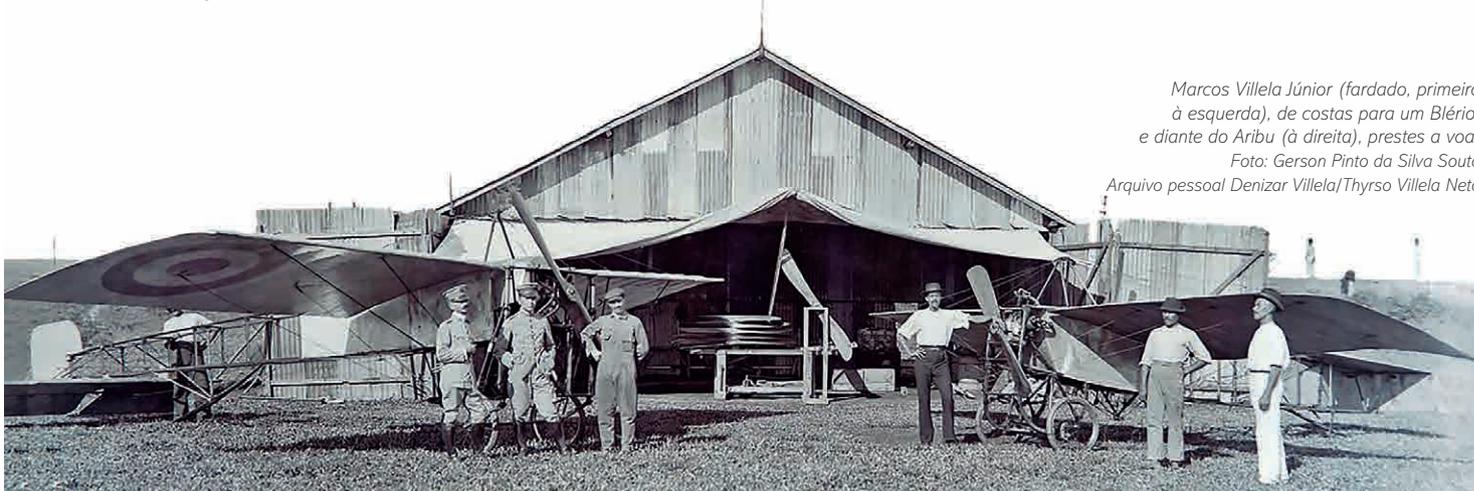


duz profundas modificações no aeroplano, tornando-o um aparelho perfeitamente novo”, uma reportagem de 24 de julho de 1914 no jornal carioca *A Noite* descrevia suas inovações, entre elas o encurtamento e alongamento vertical da fuselagem – o corpo do avião – no sentido vertical, para diminuir as oscilações e ganhar estabilidade, e o assento do piloto abaixo das asas, para ter visibilidade. A estrutura da asa, chamada longarina, era recurvada e um terço dela era articulado, para faci-

litar manobras e evitar derrapagens. Seu projeto abrigava três passageiros (piloto, observador e mecânico ou artilheiro), com depósitos laterais para munição de guerra.

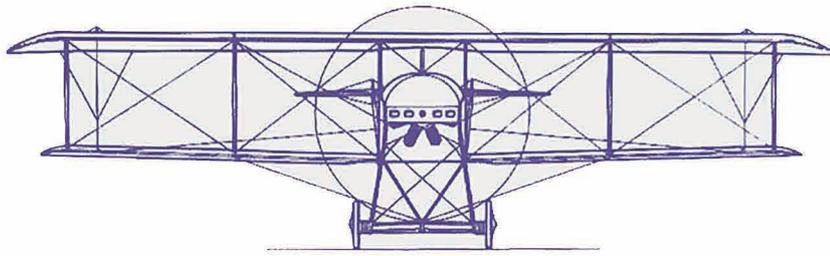
Feito com madeira de ingarana (*Abarema Jupunba*), o primeiro protótipo ganhou o nome de Aribu, corruptela de urubu, porque seu construtor dizia que observava o voo dessa ave quando era criança. Com 4,8 metros de comprimento, 8,4 metros de envergadura e 2,4 metros de altura, abrigava um motor francês rotativo

de cinco cilindros com 50 cavalos de potência. O Aribu voou em 16 de abril de 1917 no Campo de Santa Cruz, pilotado pelo Ten Av Raul Vieira de Mello (1884-1936), que era também o desenhista técnico dos projetos. Com seu feito, Villela Júnior obteve o apoio do ministro da Guerra, agora o Marechal José Caetano de Faria (1855-1936), ganhou acesso ao espaço e a equipamentos do Exército e construiu o Alagoas. Villela Neto estima que era um avião de dimensões maiores que o Aribu.

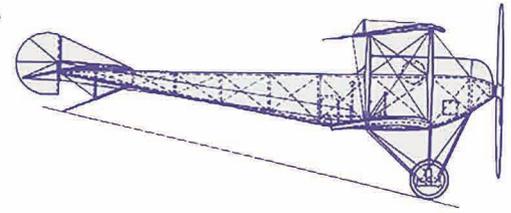


Marcos Villela Júnior (fardado, primeiro à esquerda), de costas para um Blériot e diante do Aribu (à direita), prestes a voar

Foto: Gerson Pinto da Silva Souto
Arquivo pessoal Denizar Villela/Thyrso Villela Neto



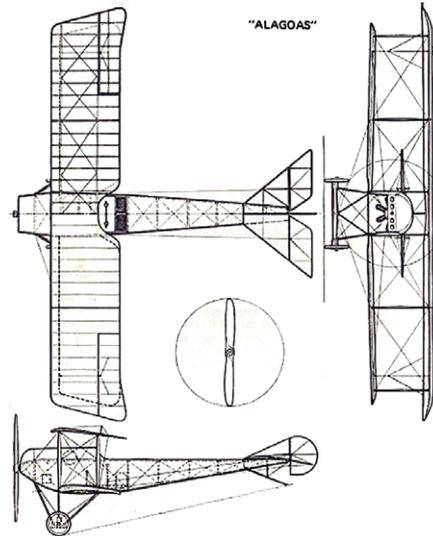
Desenhos do Alagoas biplano que voou em 1918



Na manhã de 11 de novembro de 1918, ao mesmo tempo em que na Europa se comemorava o fim da Primeira Guerra Mundial, o Alagoas fez três voos tranquilos – dois deles pilotados por Mello e um pelo próprio Villela Júnior – e atingiu 800 metros de altura no Campo dos Afonsos. Após o primeiro voo, o ministro da Guerra abraçou Mello e cumprimentou Villela, dizendo “*que se sentia bem em ter constatado a solução do problema da aviação entre nós*”, relatou o *Correio da Manhã* no dia seguinte. Em um comunicado interno, o ministro registrou “*o completo êxito*” do avião, “*em cujo preparo entraram elementos nacionais, com exceção somente do motor*”. Ainda hoje, os principais fabricantes de aeronaves, como Boeing, Airbus e Embraer, não fabricam motores e preferem comprá-los de fornecedores como as norte-americanas GE Aviation, uma subsidiária da General Electric, e Pratt & Whitney.

“*O Alagoas foi o primeiro avião biplano [com uma asa sobre outra] construído no país*”, comentou Villela Neto, em um artigo na edição de julho/dezembro de 2017 da revista *Parcerias Estratégicas*. O voo do Alagoas fortaleceu a possibilidade de construir aviões no Brasil e de criar uma aviação independente, que viria a ser a Força Aérea, como Villela Júnior defendia desde 1916 em artigos publicados na revista *A Defesa Nacional*.

“*O Exército incorporou os dois aviões, que foram úteis na instrução militar, realizada na Escola de Aviação Militar, fundada em 1919*”, comenta Sales, que examinou o trabalho de Villela Júnior em um artigo de 2011 na *Revista UNIFA*, da Universidade da Força Aérea. “*Mas, apesar do apoio do Exército, não houve continuidade. O Brasil perdeu uma chance de ouro de fazer a*



O aeroplano Alagoas

industrialização aeronáutica decolar naquele momento, com o Brigadeiro Villela.” Segundo ele, o governo preferiu comprar aviões franceses e ingleses usados na Primeira Guerra Mundial, em vez de investir em um projeto brasileiro.

Com base em documentos e pesquisas históricas, o físico do INPE descobriu que o Aribu se perdeu em um acidente. Em 1921, depois de Villela Júnior receber elogios dos coordenadores de uma missão francesa que ajudava o Exército, o Alagoas amanheceu queimado no hangar fechado em que tinha sido deixado, sem combustível. Por essa época, segundo sua biografia no livro *Canudos, Memórias de um Combatente*, ele construiu uma maquete de avião com um pequeno motor apenas para decolagem e aterrissagem, com asas flexíveis, e um protótipo de hélice em espiral.

Villela Júnior passou para a reserva como general. Ele defendia a incorporação da aviação pelo Exército, reconhecida em 1927 como Quinta Arma (ramificação), ao lado da infantaria, artilharia, engenharia e cavalaria. Em 1941, com a criação

da Aeronáutica, mesmo na reserva, foi promovido a brigadeiro do ar.

Produção em série

Em 1951, aos 76 anos, ele escreveu *Canudos, Memórias de um Combatente*, relatando sua participação na revolta no interior da Bahia (1896-1897). Ainda como Sargento, Villela Júnior participou de duas expedições a Canudos – em uma delas foi gravemente ferido – e foi um dos operadores da matadeira, o canhão que bombardeou o povoado liderado pelo cearense Antônio Conselheiro (1830-1897). Em 1951, recebeu uma medalha por atos de bravura em Canudos e, em 1958, a do Mérito Aeronáutico, no grau de Grande Oficial.

Depois de outras iniciativas isoladas, a fabricação de aviões em série no Brasil começou em 1934, como resultado do apoio do governo de Getúlio Vargas (1882-1954), do empenho do Ten Cel do Exército alagoano Antônio Guedes Muniz (1900-1985) e do industrial carioca Henrique Lage (1881-1941). Um ano depois o primeiro deles, o M7, voou no Campo dos Afonsos, no Rio. A Companhia Nacional de Navegação Aérea (CNNA), de Lage, produziu 26 exemplares do M7 e 40 do M9, ambos projetados e supervisionados por Guedes Muniz.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a possibilidade de outra vez importar aviões a baixo preço, dessa vez dos Estados Unidos, adiou novamente o desenvolvimento da indústria aeronáutica nacional. A retomada definitiva ocorreu apenas em 1969, com a criação da Embraer, que tinha por base engenheiros formados no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), fundado em 1950 em São José dos Campos ■

ESQUADRILHA NA FÁBRICA

Neldson Marcolin

Jornalista científico

Edição 220 da Pesquisa da Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

mpiliadis@fapesp.br

Até 1935 o Brasil não fabricava aviões. Na terra de Alberto Santos-Dumont, um dos pioneiros da aviação, quando se precisava de aeronaves de qualquer tipo, a solução era importar. É verdade que vários aparelhos foram projetados e construídos no país desde 1910, mas quase sempre como um desafio pessoal de indivíduos apaixonados pelo assunto. Em maio deste ano, porém, a situação era inversa. A Embraer inaugurou em Gavião Peixoto, interior de São Paulo, um hangar para instalar a linha de montagem do supercargueiro KC-390, o maior avião fabricado no Brasil. A decisão de fabricar aeronaves em série ocorreu em 1934, com o apoio do governo de Getúlio Vargas e muito pelo empenho do Ten Cel do Exército Antônio Guedes Muniz e do industrial carioca Henrique Lage. Um ano depois o primeiro deles, o M7, voou no Campo dos Afonsos, no Rio. A Companhia Nacional de Navegação Aérea (CNNA), de Lage, produziu 26 exemplares do M7 e 40 do M9, ambos projetados e supervisionados por Guedes Muniz.

O governo brasileiro e os militares perceberam a importância da aviação durante a Primeira Guerra Mundial, quando as aeronaves foram utilizadas como arma pela primeira vez. O conflito motivou o Exército e a Marinha a criarem sua Arma de aviação

– a instituição do Ministério da Aeronáutica só ocorreu em 1941. Além das questões bélicas, o Brasil tinha poucas estradas e ferrovias e o transporte aéreo era importante para se chegar ao interior do país. “*Foi quando se pensou em comprar aviões para treinamento básico, formar pilotos e doar para aeroclubes*”, conta o historiador João Alexandre Viégas, que defendeu tese de doutorado sobre o tema em 1988, na USP, e lançou o livro *Vencendo o Azul – História da indústria e tecnologia aeronáuticas no Brasil* (Livraria Duas Cidades, esgotado).

“*Foi nesse contexto que o alagoano Guedes Muniz propôs durante o 1º Congresso Nacional de Aeronáutica, em 1934, a fabricação de aviões no Brasil*”, diz Viégas. O militar listou três opções: criar uma fábrica estatal, convidar uma empresa estrangeira para montar seus aviões aqui ou desenvolver uma indústria nacional, com capital e gerência privada. Muniz defendia a última opção e recebeu apoio do governo federal, importante para conseguir um mercado interno compensador. Ao mesmo tempo, Henrique Lage já planejava entrar no ramo da aviação.

O primeiro aparelho de Guedes Muniz – então um dos raros engenheiros aeronáuticos do país – foi o Muniz M5, projetado por ele e fabricado na França com verba do governo federal. A aeronave foi enviada ao Rio e apresentada publicamente em 1931. O sucesso do M5 abriu caminho para outro projeto de Muniz, o M7, o primeiro a ser fabricado em série pela CNNA.

Tratava-se de um biplano monomotor com estrutura de madeira. O motor era

o inglês Gipsy Major, de 130 cavalos de força. As peças do avião foram construídas por empresas nacionais e uma oficina de precisão carioca copiou um controlador de curvas norte-americano. A aeronave era robusta, com grande resistência nas aterrissagens e destinada a treinamento primário de pilotos. Das 26 fabricadas entre 1936 e 1941, oito serviram à aviação militar e 18 aos aeroclubes. Muniz projetou em seguida o M9. Era praticamente o mesmo aparelho, com motor diferente, o De Haviland Gipsy, com 200 cavalos e o nariz mais longo. Homologado em 1938, 40 foram fabricados até 1943.

A empresa de Lage foi a primeira, mas não a única, a fabricar aviões a partir dos anos 1930. Em 1945, existiram outras com o mesmo fim, mas, segundo Viégas, depois da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos começaram a exportar aviões muito baratos sem nenhum tipo de proteção alfandegária. A medida apressou o fim da jovem indústria brasileira de aviões. “*As primeiras companhias de construção aeronáutica dependiam fortemente do Estado, que, embora não fosse único comprador, sem dúvida era o principal*”, afirma a historiadora Nilda Oliveira, professora e pesquisadora do Departamento de Humanidades do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). “*A interrupção das encomendas depois da guerra foi determinante para o fim das empresas.*” O país só se recuperou do revés no setor com a criação da Embraer em 1968, consequência direta da formação dos engenheiros do ITA, fundado em 1950, em São José dos Campos ■



Entrega de um lote de M9 em 4 de janeiro 1940 - RJ
Arquivo Guedes Muniz reproduções do livro *Vencendo o azul*



Guedes Muniz à esquerda antes do voo oficial
do protótipo do M7



Montagem do trem de aterrissagem
do primeiro avião em série

Maj Brig Ar Carlos Sergio
de Sant'Anna Cesar

carlos.silveira@ucp.br

Na década de 50, com a posse do presidente Juscelino Kubitschek, cujo principal projeto de governo era a construção da nova capital no planalto goiano, e cuja visão de governança compreendia fazer-se presente em todos os estados da federação, a FAB (Força Aérea Brasileira) foi instada a substituir o Lockheed VC-66, Lodestar, que até então atendia à Presidência, por uma aeronave mais moderna, e que melhor viabilizasse os pretendidos deslocamentos presidenciais.

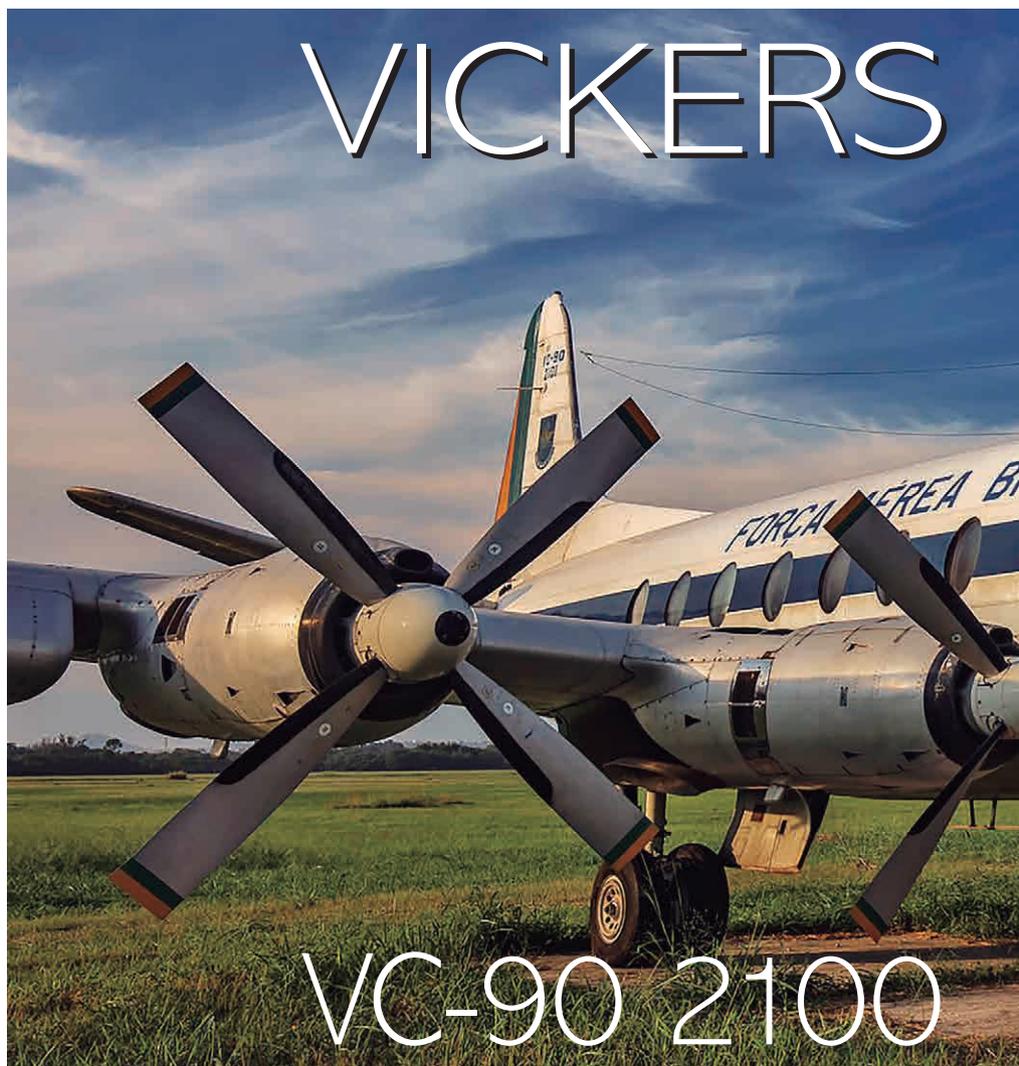
A escolha recaiu sobre o Vickers-Viscount, quadrimotor, inglês, turboélice, pressurizado, que fora desenvolvido após a Segunda Guerra Mundial (primeiro voo em 1948) para atender às empresas aéreas em voos de médio curso.

A BEA (British European Airways) foi a sua primeira utilizadora, em 18 de abril de 1953, e a aeronave mostrou-se exitosa, na medida em que proporcionou ganhos aos passageiros quanto ao conforto, tempo, menor ruído e, por ser rentável à empresa.

O Brasil adquiriu, em 1956, duas destas aeronaves que foram reconfiguradas para a versão VIP, com assentos para 24 passageiros, e aposento privado para o Presidente, constante de suite e escritório.

Ambas foram trasladadas por tripulações da FAB, tendo a primeira chegado ao Brasil em fevereiro de 1957, recebendo a matrícula VC-90 2100, enquanto a segunda foi incorporada em maio de 1958, com a matrícula VC-90 2101.

Há que registrar-se que o 2100 era série 700, e o 2101, série 701, o que os fazia ter diferenças que, embora não exigissem *habilitação* diferenciada, requeriam operações distintas para determinados procedimentos, dentre eles o comando para aplicação do *ground fine pitch* ou em português *passo zero* (que veremos a seguir), assim como ao 2101, houvera sido acrescentado um tanque ventral que lhe



permittedo cruzar o Atlântico, para o traslado.

O Viscount foi a primeira aeronave turboélice e pressurizada a ser operada pela FAB, que inseriu uma série de novas tecnologias até então não existentes nas convencionais. Dentre elas, assinalamos, como essencial à nossa história, o *ground fine pitch*, que em português significa *passo zero* – mecanismo que coloca as pás das hélices em ângulo zero, isto é, sem capacidade de tração, formando assim um disco de resistência ao avanço, que funciona como elemento auxiliar à frenagem após o pouso, somando-se à ação dos freios do trem de pouso.

Essencial, porém, é garantir que tal *passo zero* só possa ser efetivado com a aeronave no solo, uma vez que em voo a resistência ao avanço é totalmente indesejável e capaz de produzir consequências desastrosas. Neste mister, mecanismos foram criados no sentido de prevenir que

seu uso só pudesse concretizar-se após a aeronave ter confirmadamente tocado o solo.

No nosso caso, no 2100, série 700, dois micro *switches*, em série; o primeiro, confirmando as manetes em *idle*, e, o segundo, na perna dianteira do trem de pouso, que fecha quando o amortecedor está totalmente pressionado, proporcionavam automaticamente a ida das hélices para o *passo zero*, enquanto no 2101, série 701, satisfeita a primeira condição, era necessário comandar uma pequena alavanca posicionada na extremidade traseira do console central para que tal acontecesse (vide foto).

Assim, após o toque no solo, manetes em *idle*, no 2100, imediatamente o piloto em comando pressionava o manche para a frente, comprimindo o amortecedor do trem da bequilha, proporcionando a entrada do *passo zero* e a obtenção da frenagem complementar. Já no 2101, caberia ao

VISCOUNT



VC-90 Vickers Viscount
Museu Aeroespacial
(MUSAL)

e VC-90 2101

copiloto acionar a alavanca no console central para a sua entrada e desejável ação.

Finalmente uma restrição *mecânica*, originada pela incapacidade de arremetida no ar faz com que nos Viscount, de qualquer série, por restrição *mecânica*, ainda que com a alavanca dos *flaps* na posição *full flap*, tal posição somente se consume se todas as manetes de aceleração estiverem na posição *idle*, isto é, indicando a opção definitiva de efetivar o pouso e por ação do mesmo mecanismo, o eventual avanço de qualquer uma das manetes determina o recolhimento do *flap* para a posição imediatamente inferior, o *approach*.

Não é difícil imaginar que tais condicionantes dão características especiais à aproximação e curta final, exigindo-se maior precisão, em especial, em pistas curtas, para a operação dessas aeronaves.

Avancemos agora para a década de 60, em que se passa a nossa história. Apenas

uma década depois chega a meteórica evolução das aeronaves de transporte, com propulsão a jato, duplicando velocidade e alcance e ainda considerando o tamanho do nosso território.

Assim, esses fatores indicavam a necessidade de troca da frota presidencial, o que foi providenciado pela Força Aérea Brasileira, com a aquisição, em 1967, de dois BAC 1-11, fabricados pela British Aircraft Corporation (BAC), sucessora da Vickers e que receberam a designação de VC-92, bem como as matrículas de 2110 e 2111 ao serem integradas à FAB.

Conseqüentemente uma equipe de pilotos e especialistas do Grupo de Transporte Especial (GTE), a quem cabe o transporte aéreo do presidente, deslocou-se para a Inglaterra, a fim de fazer os cursos necessários para a pilotagem e manutenção das novas aeronaves.

Enquanto isso, o atendimento aos

deslocamentos aéreos presidenciais permanecia sendo realizado pelo VC-90 2100 e, eventualmente, por um C-91 (Avro 748) com configuração VIP, uma vez que o VC-90 2101 encontrava-se indisponível, em serviço de manutenção de longa duração.

Tal serviço tinha por escopo permitir a inspeção mandatória e eventual reforço da estrutura ventral, o que no caso do VC-90 2101, implicava na retirada daquele tanque central que lhe fora adicionado quando houve a sua aquisição para permitir seu traslado e cruzar o Atlântico.

O inusitado e a extensão do serviço requerido, levando a frequentes consultas ao fabricante, ocasionaram a longa indisponibilidade citada e que veio a fazer com que no período todos os voos presidenciais fossem efetivados no VC-90 2100, aeronave da série 700.

Importante assinalar ainda que à mercê da troca de equipamento que se

avizinhava e da disponibilidade de apenas uma aeronave, o Quadro de pilotos de VC-90, no segundo semestre de 1967, estava reduzido a quatro oficiais aviadores. Dois deles eram do GTE, com qualificação como instrutores e dois do efetivo da Subchefia de Aeronáutica da Casa Militar da Presidência, com qualificação de 2P, o que atendia perfeitamente as missões solicitadas e permitia a manutenção da efetiva operacionalidade dos pilotos. Configurado o cenário, vamos à ação:

“No dia 8 de dezembro de 1967 ocorreria no Santos-Dumont o acidente com o VC-90 2100, que transportava o presidente da República e uma comitiva de 23 pessoas. Na curta final colidiu com o enrocamento que precede o início da pista 02-R, causando a quebra do trem de pouso. O choque das hélices com o solo e seu deslizamento sobre a pista até a parada final felizmente não resultou em vítimas.

Logo após o acidente, a indisponibilidade total da aeronave permitiu que dela

fossem retirados alguns itens necessários para o VC-90 2101, ainda como AIFP (Aeronave Indisponível por Falta de Peça). Ao final daquela longa manutenção, o GSM (Grupo de Serviço e Manutenção) da Base Aérea de Brasília (BABR) permitiu que fosse disponibilizado no voo de experiência, na segunda-feira imediata, dia 11 de dezembro.

No dia 13 de dezembro de 1967, efetuamos o deslocamento SBBR/SBRJ, no VC-90 2101, somente com os tripulantes orgânicos, para atender ao retorno do presidente, previsto para o dia seguinte.

Ao entrar em contato com a Torre RJ e reportar as condições visuais, fomos orientados a pousar na pista 02-R, proa norte, e informados da pressão atmosférica, direção e intensidade do vento: parâmetros na normalidade. Assim iniciamos o Circuito de Tráfego, reportando perna com vento, perna base, final, e recebendo autorização para pouso.

Mercê de trajetória final correta, o

toque foi efetivado na marca do touch down point e, após constatar o toque da roda do nariz no solo, imediatamente, o ‘piloto em comando pressionou o manche para frente, buscando a entrada do ‘passo zero’... o que não ocorreu.”

TWR RJ: “ – Dois uno zero uno, no solo, aos trinta e dois”.

A ausência do ruído característico da entrada do *passo zero*, chamou a nossa atenção, levando-me na função de copiloto, a quem cabia realmente efetivar a ação, a buscar a tal *alavanca no console central* e acioná-la, mas ao fazê-lo, em verdade, retornei-a à posição *off*, pois o *mecânico de voo*, sentado no *jump seat*, já a acionara.

Segundos preciosos se passaram e a necessária ação complementar de frenagem não ocorreu. Então tendo detectado a *incorreção do sentido*, de quando comandi a alavanca acionadora do *passo zero*, efetivei o movimento inverso, agora para a posição correta, o que fez o ruído característico do *passo zero* se fazer ouvir, indicando a desejada posição das hélices. Isso nos levou a parar a não mais que três metros do final da pista 02-R, onde não há enrocamento, só o mar.

TWR RJ: “ – Dois uno zero uno, confirmando, no solo aos trinta e dois, tudo bem?”

2101: “ – Ciente, no solo aos trinta e dois, tudo bem, livrando à esquerda.”

E se...?

Nota do autor: Abstive-me de citar o nome dos demais tripulantes, por não ter as suas autorizações e em respeito aos que não mais estão entre nós ■

VC-90 FAB 2101 do GTE sobrevoando Brasília
Foto: Cel Av Camazano



Vickers Viscount C-90 - 2100



Flávio Naufel, da Zetra

PLATAFORMA PROMOVE O BEM-ESTAR FINANCEIRO DE TRABALHADORES NO BRASIL E NO MUNDO

Parceira da Aeronáutica há mais de 15 anos com o eConsig, a Zetra vem ganhando destaque no mercado internacional ao inovar na relação entre trabalhadores, RHs e instituições financeiras.

Todos temos desejos ou necessidades em nossas vidas que nos levam a buscar um empréstimo ou outro produto financeiro. Pode ser uma reforma de imóvel, um intercâmbio de um filho, uma viagem dos sonhos ou até mesmo uma emergência familiar. Dentre as opções de crédito de consumo disponíveis no mercado, a mais barata é o consignado, que oferece taxas de juros menores que o crédito pessoal e o cartão, além de permitir maior controle por parte do trabalhador. Pensando nisso e também em promover a saúde financeira dos trabalhadores e suas famílias, a Zetra (www.zetra.com.br), que completa 20 anos de uma trajetória de muito sucesso, disponibiliza um portal completo que reúne diversos benefícios consignados, focados no seu bem estar financeiro, e sem nenhum custo para o empregador. Atualmente, no Brasil, mais de 350 empresas públicas e privadas contam com a solução, como Marinha, Coca-Cola, Embraer, Azul Linhas Aéreas, entre outras.

Comemorando 15 anos de parceria de sucesso com a Força Aérea Brasileira, a Zetra tem desenvolvido uma série de inovações customizadas na plataforma eConsig, sempre pensando na segurança e bem-estar dos militares ativos, veteranos e pensionistas.

“Um dos quesitos mais importantes para a Aeronáutica é a segurança da informação. Por isso, ao longo dos anos, aprimoramos ainda mais nossa segurança, conquistando certificações internacionais como a ISO 27001. Enquanto operadores, já estamos preparados para a Lei Geral de Proteção de Dados, a LGPD, que tem previsão de entrar em vigor em agosto”, destaca Flávio Náufel do Amaral, presidente da Zetra.

Presença internacional

A Zetra vem conquistando espaço ao difundir internacionalmente o conceito de benefícios financeiros com desconto em folha de pagamento por meio da SalaryFits (www.salaryfits.com). Os resultados positivos em países como Portugal, Reino Unido, Itália, México e Índia têm consolidado a empresa como uma das mais inovadoras do segmento de tecnologia financeira com “tempero brasileiro”.

Criada em 2016 através da experiência no Brasil com a gestão de benefícios consignados e estudos aprofundados sobre a necessidade de inclusão financeira das pessoas no mundo, a SalaryFits leva o inovador conceito brasileiro ao mercado internacional. Hoje, a SalaryFits possui em seu portfólio de clientes cerca de 200 empresas públicas e privadas e 3 milhões de empregados beneficiados, promovendo a inclusão financeira de milhões de famílias também ao redor do globo.

Delber Lage, CEO da SalaryFits, revela que as empresas são um canal valioso para viabilizar oferta de produtos financeiros mais justos à população desassistida, mas financeiramente estável. “Os empregadores confiam em nossa tecnologia para melhorar o bem-estar financeiro de seus funcionários, além de promover engajamento e produtividade no ambiente de trabalho”, conta.

Segundo ele, com o portal, os trabalhadores podem acessar benefícios financeiros mais sustentáveis e menos burocráticos, ao mesmo tempo que melhoram sua saúde financeira. Já os fornecedores de produtos e serviços financeiros, como bancos, seguradoras e empresas de investimento, encontram na SalaryFits um canal para alcançar milhões de potenciais clientes estáveis e com habilidade de pagar, bem como destacar sua responsabilidade social ao promover a saúde e bem-estar no ambiente de trabalho.

